QGEP Participações S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2015 e Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte ToucheTohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas:

A QGEP Participações S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2015.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 foi marcado por avanços em diversas áreas do nosso portfólio, com destaque para o aumento da capacidade de produção de gás no Campo de Manati, a obtenção de resultados ainda mais encorajadores com a delimitação de Carcará na Bacia de Santos e a aquisição de dois blocos exploratórios de alto potencial na Bacia de Sergipe-Alagoas na 13ª Rodada de Licitações da ANP. No ano, a Companhia também continuou a preparação para o início da produção no Campo de Atlanta, na Bacia de Santos, esperado para o final de 2016.

Todos esses avanços estão alinhados aos objetivos estabelecidos para 2015, priorizando projetos voltados à geração de caixa, otimizando nosso portfólio de ativos e mantendo nossa sólida posição de caixa. Considerando o ambiente do setor e da economia brasileira, sem dúvida o mais desafiador desde que abrimos o capital, fomos ainda mais disciplinados em nossas tomadas de decisão, reforçando a resiliência da QGEP a fatores que estão fora do nosso controle. Como resultado, ingressamos 2016 com boa previsibilidade da produção e de geração de caixa, bem como plano de investimentos modular, podendo ser modificado para se ajustar à realidade de preços da indústria. Estamos em posição favorável para enfrentar as condições atuais da indústria e confiantes na retomada do mercado no longo prazo.

Os destaques de 2015 incluem:

- **Produção de gás consistente:** Em 2015, a produção média de gás no Campo de Manati totalizou 5,6 milhões de m^3 por dia, em linha com nossas projeções. Manati é um dos maiores campos de gás não associado do Brasil, atendendo à relevante demanda da região nordeste do país. Ao longo de 2015, o consórcio de Manati completou a construção e interligação da estação de compressão de gás, realizada com interrupção de apenas 13 dias na produção. Com isso, já no terceiro trimestre, o campo retornou a capacidade de produção de 6,0 milhões de m^3 por dia, o que garantirá um fluxo previsível de receitas em 2016. Até agora, os impactos das condições econômicas brasileiras na demanda de gás da região nordeste foram mínimos. Estamos monitorando o mercado cuidadosamente e projetando produção média de gás de cerca de 5,7 milhões de m^3 por dia para o ano de 2016.

- **Posição de caixa robusta:** Encerramos 2015 com posição de caixa líquido de R$910 milhões, um diferencial da QGEP no setor de óleo e gás. Tal posição de caixa é resultado do desempenho positivo de Manati e da política de longo prazo da Companhia de manter uma abordagem disciplinada à alocação de capital. Além disso, a política de

gerenciamento de caixa da QGEP, que inclui investir predominantemente em títulos com rating AAA e proteger a exposição a custos denominados em dólar, nos permitiu reportar receita financeira líquida de R$272,2 milhões em 2015. Com base em nossa sólida geração de caixa operacional, a QGEP foi capaz de financiar suas despesas operacionais correntes, manter seus investimentos prioritários e atuar de maneira seletiva ao avaliar possibilidades de crescimento.

- **Desenvolvimento do Campo de Atlanta:** Ao longo de 2015, progredimos com o desenvolvimento do Campo de Atlanta, que representa um marco na história da QGEP como operadora. Os desafios na perfuração e completação de poços horizontais para a produção do Campo foram superados. O primeiro óleo de Atlanta foi postergado para o quarto trimestre de 2016, com a chegada do FPSO Petrojarl I programada para o terceiro trimestre deste ano. Dois poços já foram perfurados, com previsão de produção inicial média de 20.000 barris por dia, e temos ainda a opção de aumentar para 30.000 barris por dia com a perfuração de um terceiro poço. Ao final de 2015, assinamos um acordo comercial com prazo de três anos com a Shell Western Supply and Trading Ltd, a qual irá adquirir toda a produção da QGEP no Campo de Atlanta, que representa 30% do total. Vale destacar que nossos sócios em Atlanta também celebraram um acordo semelhante com a Shell.

- **Gestão de portfólio:** Administramos ativamente o nosso portfólio de ativos exploratórios, visando priorizar a exploração dos blocos de maior potencial. Os avanços nesses ativos em 2015 incluíram:
  - Progresso significativo no Plano de Avaliação da descoberta de Carcará, no Bloco BM-S-8. Foram concluídos dois poços de extensão e realizados dois testes de formação em um deles. Os resultados obtidos foram positivos, mostrando uma coluna de óleo leve (31ºAPI) de mais de 530 metros e vazões iniciais equivalentes aos melhores poços do pré-sal. O contato óleo/água não foi identificado em nenhum dos poços perfurados. Todos esses fatores nos dão ainda mais confiança à medida que avançamos com as atividades em Carcará.
  - Em outubro de 2015, a QGEP participou com sucesso e adquiriu dois blocos de alto potencial na 13ª Rodada de Licitações da ANP. Estes dois blocos, SEAL-M-351 e SEAL-M-428, estão localizados em águas ultraprofundas na Bacia de Sergipe-Alagoas. Esta é uma tradicional bacia produtora em terra, águas rasas e águas profundas, e considerada pela nossa equipe técnica como uma das de maior potencial do offshore brasileiro. As avaliações geológicas, a adequação da QGEP ao âmbito regulatório do Brasil e a sólida posição financeira da Companhia, nos possibilitou adquirir esses blocos em condições comerciais bastante atrativas.
  - Seguimos com o processo de aquisição e análise dos dados sísmicos nos blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações da ANP. Em 2015, adquirimos os dados para o Bloco CE-M-661, na Bacia do Ceará, enquanto os dados do Bloco FZA-M-90, na Bacia de Foz do Amazonas, e do ES-M-598 e ES-M-673, na Bacia do Espírito Santo, foram analisados pelos respectivos consórcios. Nos próximos meses, esperamos iniciar a aquisição dos dados dos blocos PAMA-M-265 e PAMA-M-337, na Bacia do Pará-Maranhão.

- Em dezembro de 2015, a QGEP anunciou a decisão de devolver o Bloco BM-J-2, na Bacia do Jequitinhonha, à ANP. A Companhia adquiriu este Bloco em 2002 e cumpriu os seus compromissos de acordo com o Programa Exploratório Mínimo. Mesmo com a Notificação de Descoberta protocolada em 2013, uma análise técnica e econômica mais aprofundada, realizada após a reinterpretação sísmica dos novos dados, indicou reservatórios de baixa qualidade e volumes antieconômicos, além dos desafios ambientais para as operações na área. Como resultado, a Companhia decidiu pela devolução do Bloco, decisão alinhada à nossa estratégia de priorizar os blocos de maior potencial e otimizar nosso portfólio.

Em 2015, nossas conquistas operacionais caminharam em conjunto com o bom desempenho financeiro da Companhia:

- Receita líquida de R$496,2 milhões, resultado em linha com os R$503,2 milhões registrados em 2014, mesmo com a parada para interligação da estação de compressão realizado no Campo de Manati;
- EBITDAX de R$ 273,0 milhões;
- Lucro líquido de R$93,6 milhões ou R$0,36 por ação;
- Fluxo de caixa operacional de R$431,5 milhões.

Não resta dúvida de que 2016 será mais um ano desafiador para a indústria global de óleo e gás. A forte queda nos preços do petróleo, que se intensificou nos últimos meses, vem impactando o fluxo de caixa com consequente redução das operações de diversas empresas. No Brasil, a situação é particularmente complicada para a Petrobras, em função de seu desequilíbrio econômico, além da recessão econômica e crise política.

Por outro lado, os resultados da QGEP não foram influenciados pela variação do preço do petróleo, já que o preço do gás de Manati é fixado em reais e indexado à inflação, além de termos um contrato de compra obrigatória mínima (take-or-pay) para a produção, permitindo assim uma previsibilidade do fluxo de caixa para o próximo ano. No final de 2016, essa dinâmica mudará com o início da produção no Campo de Atlanta. A produção média inicial em Atlanta será de 20.000 barris por dia com dois poços, por meio de um Sistema de Produção Antecipada (SPA), que terá duração de 3 a 5 anos. Durante esse período, as previsões do mercado indicam um aumento do preço do petróleo em relação ao preço atual, reduzindo o impacto esperado dos preços baixos do petróleo no fluxo de caixa da Companhia.

Nossas vantagens competitivas continuarão nos diferenciando no setor, que incluem alto grau de conhecimento técnico, posicionamento único na indústria brasileira de petróleo, histórico como parceira e como operadora de importantes campos e um portfólio equilibrado de ativos. Com estas vantagens, aliadas à nossa solidez financeira, estaremos buscando possibilidades de capturar novas oportunidades, como fizemos com os dois blocos adquiridos na 13ª Rodada de Licitações, em 2015.

Os desafios que afetam o ambiente de negócios têm impactado a visão do mercado em relação ao setor de óleo e gás no Brasil, incluindo a QGEP, com consequente impacto no valor de nossas ações. Mesmo com nosso histórico de geração de caixa operacional, e com a

expansão do escopo de nossas operações por meio da 11ª e da 13ª Rodadas de Licitação da ANP, as condições desafiadoras de mercado trouxeram o preço das nossas ações para o patamar de R$5,83 ao final de 2015, e para um valor ainda menor em janeiro e fevereiro de 2016. Hoje, o preço da nossa ação é próximo ao valor de nossa posição de caixa por ação, dando aos investidores a oportunidade de se beneficiar da nossa produção, desenvolvimento e carteira de ativos de exploração a um valor muito atrativo. Acreditamos que esse valor deve subir à medida que os investidores reconheçam o quão bem posicionada a QGEP está para se beneficiar tanto da execução do plano estratégico como de qualquer melhoria potencial no preço global do petróleo.

Concluindo, estamos satisfeitos com nosso resultado financeiro e operacional em 2015. Esperamos que 2016 seja mais um ano de realizações, e estamos bem posicionados para manter o nosso histórico de resultados positivos. O final do ano será um marco na história da Companhia, já que iniciaremos a produção de petróleo no Campo de Atlanta. Manteremos os nossos públicos de interesse sempre informados sobre os nossos avanços ao longo do ano.

PERFIL

Em 2015, a QGEP figurou na quarta posição no ranking das maiores companhias produtoras de gás no Brasil, respondendo por 3% da produção total do país. A QGEP foi ainda a nona maior Companhia em termos de produção no Brasil no ano, com 0,5% da produção total de óleo e gás brasileira.

Primeira empresa independente brasileira a conquistar a qualificação como Operador tipo A pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, está autorizada a operar em águas rasas, profundas e ultraprofundas desde 2000. A QGEP tem um portfólio diversificado e balanceado, com ativos em oito das principais bacias sedimentares da costa do Brasil.

CONTEXTO ECONÔMICO

O ano de 2015, assim como 2014, foi um ano de fraco desempenho econômico para o Brasil e um ano bastante desafiador para a indústria de óleo e gás. O PIB apresentou contração de 3,8% e a produção industrial apresentou queda de 8,3%. A inflação medida pelo IPCA encerrou 2015 acima de 10% e os preços das commodities apresentaram queda acentuada no período. O real apresentou desvalorização de mais de 50%, passando de R$2,66/US$ ao final de 2014 para R$3,96/US$ ao final de 2015, mesmo com a alta da taxa de juros (SELIC), que encerrou o ano em 14,25%. Esse cenário culminou com a perda do grau de investimento pelo Brasil no final do ano. No início de 2016, o Brasil era classificado com o rating Ba2 da Moody´s, BB da S&P e BB+ da Fitch, todos com perspectiva negativa.

Todos estes fatores internos repercutiram no desempenho econômico de diversos setores, inclusive no de óleo e gás, que por sua vez também foi impactado pelo cenário externo, com a queda do preço do Brent, de US$53,27 por barril no final de 2014 para US$37,04 por barril no final de 2015, resultante do excesso de oferta frente à demanda. Sob a ótica da oferta, o

crescimento da produção do óleo não convencional (*shale oil)*, bem como a decisão de alguns países da OPEP em aumentar a produção, pressionaram o preço da *commodity* para baixo. No que concerne a demanda, a recuperação ainda frágil da economia europeia e a desaceleração da China contribuíram para a queda dos preços de óleo. Nesse contexto, o mercado prevê uma alta volatilidade para o preço do óleo nos primeiros meses de 2016. Apesar do cenário incerto de curto prazo, o mercado preconiza uma recuperação gradativa nos preços do óleo ao longo do segundo semestre de 2016, mantendo esta tendência até 2020.

PERSPECTIVAS

A perspectiva para 2016 é de uma contração econômica no Brasil similar a de 2015. As projeções do relatório Focus, do Banco Central do Brasil, apontam para uma contração do PIB de cerca de 3,5% em função do cenário de retração de produção industrial, do aumento da taxa de desemprego e da escassez de crédito no mercado, bem como incertezas sobre a perspectiva das questões econômicas e políticas do país.

A Companhia acredita que, apesar do ano de 2016 também se apresentar bastante desafiador para o Brasil e o setor, a QGEP possui determinadas competências que a colocam em situação favorável para enfrentar e até obter proveito de oportunidades que possam surgir deste cenário, tal como ocorreu no ano de 2015 com os blocos adquiridos na 13ª Rodada de Licitações. A sólida posição financeira nos permite manter uma perspectiva de longo prazo para o negócio; a receita estável advinda do gás do Campo de Manati nos provê recursos para financiar a operação e parte dos investimentos; nosso comprometimento com um portfólio diversificado e gestão de risco prudente fundamenta decisões de negócio sólidas. Finalmente, contamos com equipes técnicas e corporativas qualificadas cuja experiência comprovada é o alicerce para nosso crescimento futuro e a manutenção da nossa visão de longo prazo.

ESTRATÉGIA FINANCEIRA

Eficiência na gestão de riscos e diligência financeira sempre foram os fundamentos para a estratégia da QGEP. A receita e o lucro operacional da Companhia derivam do seu principal ativo de produção, o Campo de Manati, um dos maiores campos de gás não associado do Brasil. A Companhia se destaca por sua abordagem disciplinada voltada para o seu crescimento e, desde a abertura de capital, vem adquirindo, de forma seletiva, participações em ativos exploratórios e de desenvolvimento para expandir e consolidar o seu portfólio. Esta estratégia financeira da QGEP dá suporte e possibilita o seu crescimento.

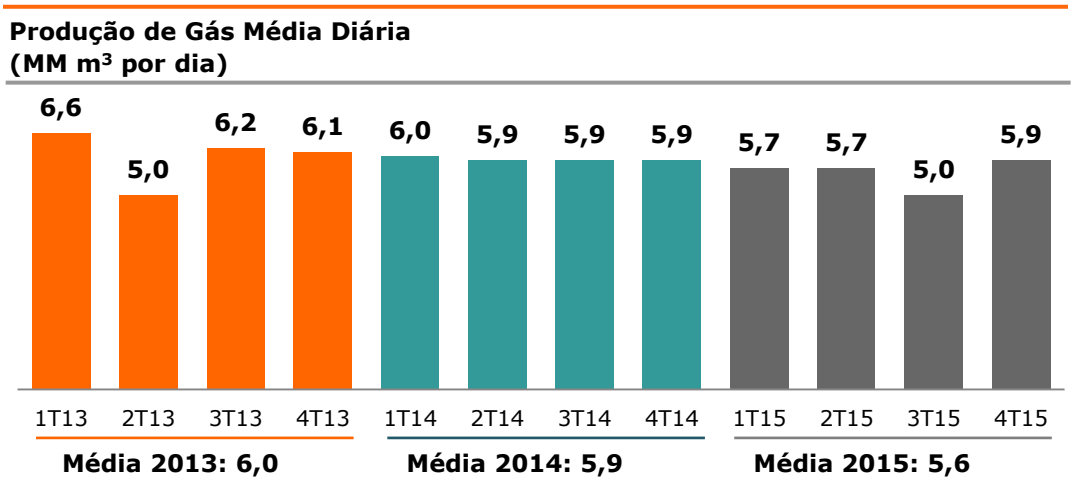
A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos de Mercado que permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos e hedge natural via aplicação do caixa em Dólares e fundo cambial para mitigar os riscos de variação relacionada à parcela de seus investimentos de capital denominada em Dólares norte-americanos ou fortemente influenciada por sua cotação.

A estratégia de proteção (hedge) é executada com o intuito de proteger a capacidade de investimento da Companhia, considerando uma análise integrada de todas as exposições a risco cambial da Companhia, bem como assegurar a liquidez da QGEP. O prazo de análise para mitigação de exposição é dos próximos 24 meses e a parcela dos investimentos em moeda estrangeira são *hedgeadas* proporcionalmente a seu tempo de maturação, de forma que os investimentos de curto prazo possuem uma cobertura maior contra as flutuações do câmbio. Atualmente a Companhia aplica parte do valor do capex futuro em fundos cambiais, de acordo com a política. O uso de derivativos pela Companhia está limitado a operações de proteção (hedge). A Companhia não utiliza derivativos para fins especulativos.

A parcela do caixa da Companhia denominada em reais está investida predominantemente em instrumentos financeiros classificados com rating AAA, sendo 85% com liquidez diária.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O Campo de Manati manteve sua sólida produção em 2015. A produção anual de gás natural atingiu média diária de 5,6 milhões de m^3, sendo que no quarto trimestre já havia superado 5,9 milhões de m^3 - a maior produção trimestral do ano – e no início de 2016, a produção já havia retornado para a média diária de 6,0 milhões de m^3. Abaixo, apresentamos a curva de produção do campo dos últimos três anos:



Em 2015, o Campo de Manati foi responsável por aproximadamente 6% do total do gás produzido no Brasil e por 32% da produção de gás da região Nordeste, de acordo com dados disponibilizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

DESEMPENHO FINANCEIRO

As demonstrações financeiras abaixo representam as informações financeiras consolidadas da Companhia para o ano findo em 31 de dezembro de 2015. Como detentora de participações em corporações dedicadas à exploração, produção e comercialização de produtos de petróleo e gás natural, os resultados da Companhia refletem basicamente aqueles da Queiroz Galvão

Exploração e Produção S.A. Abaixo estão os principais destaques econômicos e financeiros do ano de 2015:

Informações Financeiras Consolidadas
(R$ Milhões)

	2015	2014	Δ (%)
Lucro Líquido	93,6	194,8	-52,0%
Amortização	121,7	122,8	-0,9%
Resultado Financeiro	(272,2)	(119,2)	128,4%
Imposto de Renda/ Contribuição Social	(17,9)	(16,3)	-209,6%
EBITDA [1]	**(74,9)**	**214,7**	**-134,9%**
Custos Exploratórios com poços secos e subcomerciais[2]	347,9	71,6	385,9%
EBITDAX [3]	**273,0**	**286,3**	**-4,6%**
Margem EBITDA [4]	-15,1%	42,7%	-135,4%
Margem EBITDAX [5]	55,0%	56,9%	-3,3%
Caixa Líquido [6]	910,3	877,7	3,7%
Dívida Líquida/EBITDAX	(3,33)	(3,07)	6,2%

[1] O cálculo do EBITDA considera o lucro antes do imposto de renda, contribuição social, resultado financeiro e despesas de amortização. O EBITDA não é uma medida financeira segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS. Tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. É possível que outras empresas calculem o EBITDA de maneira diferente da empregada pela QGEP. Além disso, como medida da lucratividade da Empresa, o EBITDA apresenta limitações por não considerar certos custos inerentes ao negócio que podem afetar os resultados líquidos de maneira significativa, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. A QGEP usa o EBITDA como um indicador complementar de seu desempenho operacional.
[2] Despesas com exploração relacionadas a poços sub-comerciais ou a volumes não operacionais.
[3] O EBITDAX é uma medida usada pelo setor de petróleo e gás calculada da seguinte maneira: EBITDA + despesas de exploração com poços secos ou sub-comerciais.
[4] EBITDA dividido pela receita líquida.
[5] EBITDAX dividido pela receita líquida.
[6] O caixa líquido corresponde ao somatório do caixa total, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, excluindo empréstimos e financiamentos correntes e de longo prazo e instrumentos financeiros derivativos. O caixa líquido não é reconhecido segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) ou o US GAAP, ou ainda quaisquer outros princípios de contabilidade geralmente aceitos. Outras empresas podem calcular o caixa líquido de maneira diferente da utilizada pela QGEP.

AJUSTE DA VARIAÇÃO CAMBIAL DA PROVISÃO DE ABANDONO

Em 25 de fevereiro de 2016, a QGEP anunciou ao mercado que retificaria o procedimento contábil adotado de registro da variação cambial da moeda norte americana em relação às suas provisões de abandono no quarto trimestre de 2015. Como consequência, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 aprovadas em 12 de março de 2015 e 24 de fevereiro de 2014, respectivamente (vide nota explicativa 2.28 as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

A provisão para abandono assume como uma das premissas estimativas de custos em dólares, enquanto a moeda funcional da Companhia é o real. Como resultado, as variações cambiais entre o dólar e o real eram contabilizadas como variação cambial no resultado financeiro e impactavam seu resultado, levando a ganhos e perdas não-caixa que criavam grandes oscilações no lucro líquido reportado. Com a retificação do procedimento contábil, o efeito da variação cambial sobre a provisão de abandono passou a ser registrado no respectivo ativo imobilizado, impactando o resultado através da amortização no período, não tendo mais impacto no resultado financeiro. Esta prática contábil está em linha com a interpretação do CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e ICPC 12 (Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares).

Em adição ao efeito de variação cambial registrada ao imobilizado, revertida do resultado financeiro líquido, outros reflexos contábeis, tais como recálculo de depreciação e mensuração das despesas de imposto de renda, estão sendo reapresentados conforme requerido pelo CPC 23 (vide nota explicativa 2.28).

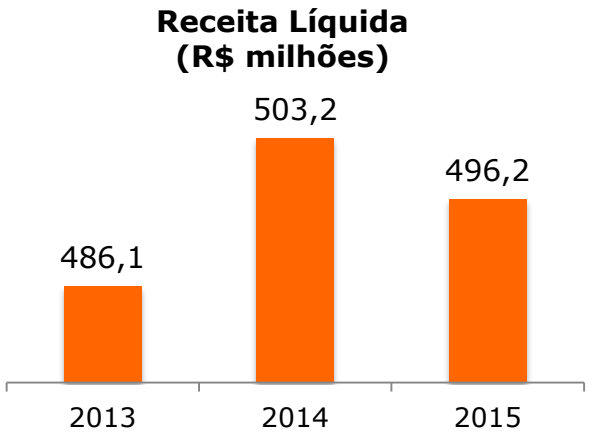
Embora a reapresentação das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 tenha resultado em maior lucro líquido naqueles exercícios, os dividendos propostos e pagos aos acionistas com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com a legislação societária e aprovadas em 12 de março de 2015 e 24 de fevereiro de 2014, respectivamente, permanecem atendendo à regra do dividendo mínimo obrigatório da Companhia vigente naqueles exercícios. Os dividendos pagos excediam (e permanecem excedendo, mesmo com os saldos reapresentados) o mínimo requerido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

A administração comunica que a retificação do procedimento contábil mencionado visa o melhor alinhamento com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o que proporcionará uma visão mais clara do desempenho operacional e financeiro da Companhia.

RESULTADO OPERACIONAL

A receita líquida atingiu R$496,2 milhões em 2015, em linha com os R$503,2 milhões registrados em 2014. A ligeira redução, de 1,4% ante os níveis de 2014, deveu-se à menor produção de gás em 2015, de 5,6 milhões de m³ por dia, em comparação com a produção média de 5,9 milhões de m^3 em 2014. Essa diminuição foi devido à interrupção na produção durante a instalação e interligação da estação de compressão de gás em Manati e foi parcialmente compensada por preços contratuais corrigidos pela inflação no início do ano.

Os custos operacionais totais atingiram R$252,9 milhões em 2015, representando aumento de 4,4% em relação ao ano anterior, principalmente em decorrência do aumento de custos de produção relacionados ao início da operação da estação de compressão.





Custos operacionais (R$ milhões)

	2015	2014 Reapresentado	Δ%
Depreciação e amortização	117,9	120,5	-2,1%
Custos de produção	64,1	54,3	18,0%
Custos de manutenção	10,3	11,9	-13,9%
Royalties	37,7	38,9	-3,1%
Participação especial	9,2	11,2	-18,1%
P&D	5,6	5,5	1,6%
Outros	8,2	-	N/A
TOTAL	**252,9**	**242,3**	**4,4%**

O item que mais contribuiu para o aumento dos custos operacionais totais de 2014 para 2015 foram os custos de produção, que subiram 18,0% no período, de R$54,3 milhões em 2014 para R$64,1 milhões em 2015, refletindo o aumento de R$13,2 milhões relativos à estação de compressão. As reduções dos custos de royalties e participação especial se deram em função da menor produção do ano quando comparada ao ano anterior e foram totalmente

compensados pelo aumento dos custos de depreciação e amortização, já que esta última foi impactada pelo efeito combinado da (i) assinatura do aditivo do contrato de venda de gás de Manati e (ii) reclassificação para o ativo imobilizado da variação cambial sobre a provisão de abandono de Manati.

A combinação de queda de receita e aumento dos custos levou a uma redução de 6,8% no lucro bruto da QGEP em 2015 comparado aos números de 2014.

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Despesas Gerais e Administrativas
As despesas gerais e administrativas em 2015 foram de R$52,9 milhões, ante R$58,5 milhões em 2014. A queda de 9,5% no período reflete a racionalização de custos realizada pela Companhia ao longo do ano, bem como a maior alocação para projetos operados pela QGEP.

Gastos Exploratórios
Os gastos exploratórios totais em 2015 foram de R$386,1 milhões, comparados aos R$110,3 milhões registrados em 2014. O aumento registrado no ano ocorreu principalmente devido à baixa contábil de R$332,5 milhões no quarto trimestre de 2015, relacionada à devolução do Bloco BM-J-2 à ANP, bem como a R$18,2 milhões referentes à aquisição e processamento de dados sísmicos dos blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações.

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2015, a QGEP apresentou resultado financeiro líquido de R$272,2 milhões, comparado a R$119,2 milhões em 2014. Este aumento significativo foi resultado dos rendimentos do caixa da Companhia, o qual está 60% investido em instrumentos financeiros denominados em reais, e o restante em fundos cambiais destinados a cobrir as obrigações denominadas em dólar. A desvalorização do real em relação ao dólar norte americano no período e o aumento da taxa de juros SELIC no país, que encerrou o ano em 14,25% a.a., contribuíram para o aumento da receita financeira em 2015, que foi de R$265,9 milhões, comparada a R$119,5 milhões em 2014.

LUCRO LÍQUIDO

A Companhia obteve lucro líquido de R$93,6 milhões em 2015, resultado da combinação de receitas operacionais da venda de gás do Campo de Manati e de receitas financeiras provenientes do rendimento dos investimentos da Companhia, impactado por baixas de custos exploratórios em função, principalmente, da devolução do Bloco BM-J-2. O lucro líquido também foi impactado por uma reversão de R$116,3 milhões em imposto de renda diferido/corrente, com impacto não caixa, devido ao ajuste na contabilização da variação cambial sobre as provisões de abandono. Em 2014, o lucro líquido foi de R$194,8 milhões, refletindo a maior produção em Manati e menos gastos exploratórios.

DESTAQUES DO BALANÇO E FLUXO DE CAIXA

CAIXA (CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS)

Ao final do exercício de 2015, a Companhia registrava saldo de caixa de R$ 1,3 bilhão. Em 31 de dezembro de 2015, a QGEP detinha cerca de 40% de seu caixa investido em fundos cambiais, e o saldo remanescente em instrumentos financeiros denominados em reais.

O rendimento médio acumulado do caixa em reais em 31 de dezembro de 2015 foi de 101,9% do CDI e aproximadamente 85% dos fundos apresentavam liquidez diária.

IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo imobilizado totalizava R$885,5 milhões, abaixo de R$1,2 bilhão ao final de 2014. A redução se deve às alterações no portfólio da Companhia ao longo de 2015, no qual se destaca a baixa de R$332,5 milhões no imobilizado referente aos gastos com a perfuração de poços e outras atividades no Bloco BM-J-2 que foi devolvido à ANP em dezembro.

INTANGÍVEL

O ativo intangível ao final de 2015 totalizava R$728,4 milhões, comparado a R$630,5 milhões registrados no encerramento do exercício de 2014. O aumento foi em grande parte devido à adição no intangível no valor de R$100,0 milhões com a aquisição de dois blocos na 13ª Rodada de Licitações da ANP em outubro de 2015.

CONTAS A PAGAR

O saldo de contas a pagar foi de R$71,7 milhões, comparado a R$35,2 milhões ao final do exercício de 2014. O aumento registrado entre os períodos se deve a contratos assumidos para pagamento de equipamentos e serviços para o Campo de Atlanta, na concessão BS-4, principalmente do sistema de coleta e umbilicais.

CRÉDITO COM PARCEIROS

Do montante de R$23,9 milhões registrados no final de 2015, R$12,2 milhões referem-se à parcela da consorciada OGX Petróleo e Gás S.A. - Recuperação Judicial em relação a R$6,7 milhões em 2014 e o restante de outros consorciados, um total de R$11,7 milhões, comparado a R$12,7 milhões.

Em 19 de janeiro de 2016 foi emitido o "cash call" 01/2016 referente às operações do Bloco BS-4 no montante total de R$19,6 milhões com vencimento em 3 de fevereiro de 2016. Deste montante, o valor de R$8,8 milhões refere-se à consorciada OGX. Até a data da aprovação das demonstrações financeiras não foi identificado o recebimento deste crédito referente a janeiro de 2016.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento total em 31 de dezembro de 2015 era de R$369,7 milhões, apresentando aumento em relação aos R$250,5 milhões registrados no encerramento de 2014. Esse aumento é função do desembolso do BNB, no primeiro trimestre de 2015, no montante de R$117,8 milhões.

A dívida da QGEP é composta por recursos tomados do financiamento obtido da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e linhas de crédito do Banco do Nordeste do Brasil. O financiamento da FINEP, que é destinado a suportar o desenvolvimento do SPA do Campo de Atlanta, é composto por duas linhas de crédito, uma atrelada a uma taxa fixa e outra a uma taxa flutuante. Ambas têm período de carência de 3 anos e prazo de pagamento de sete anos, com uma linha total de crédito disponível para a QGEP de R$266,0 milhões. Os empréstimos restantes representam os fundos sacados sobre a linha de crédito do Banco do Nordeste do Brasil. Esta linha de crédito é destinada ao financiamento da exploração dos ativos da QGEP no nordeste do Brasil.

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

O fluxo de caixa operacional no ano de 2015 foi de R$431,5 milhões, valor 23,8% superior aos R$348,5 milhões registrados em 2014. Essa variação ocorreu, principalmente, em função da redução no pagamento de fornecedores.

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

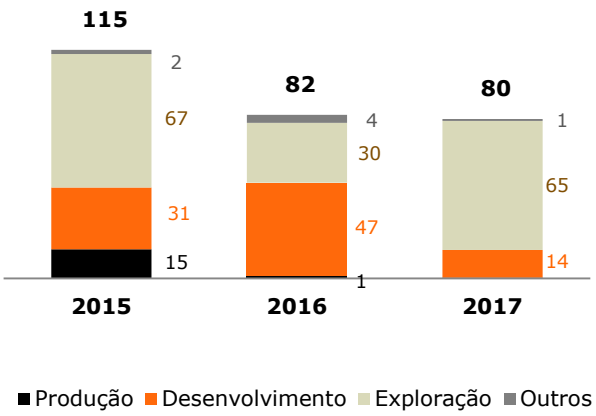
Em 2015, as atividades da QGEP geraram R$300,0 milhões em riqueza à sociedade, comparado a R$449,1 milhões no exercício de 2014. O valor reflete o aumento dos insumos adquiridos devido às atividades operacionais realizadas no ano no Campo de Atlanta.

De cada R$ 1,00 de receita obtida pela QGEP no ano, R$0,60 foram distribuídos entre diferentes stakeholders: o governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis), os acionistas (dividendos), os colaboradores (remuneração e benefícios) e retidos na Companhia na forma de reserva de lucros.

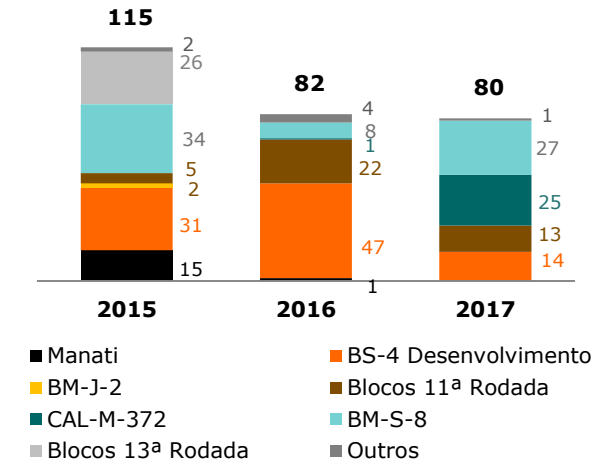
CAPEX

Em 2015, o CAPEX totalizou US$115 milhões. Desse total, US$67 milhões foram gastos no portfólio de exploração da Companhia, incluindo US$34 milhões com perfurações e testes na descoberta de Carcará, onde os resultados até agora têm sido muito significativos. O restante foi gasto em ativos em desenvolvimento e produção, incluindo US$31 milhões no Campo de Atlanta e US$15 milhões em Manati.

CAPEX líquido para a QGEP (US$ milhões)



CAPEX líquido para a QGEP (US$ milhões)



Para 2016, a expectativa é de que o CAPEX seja US$82 milhões. Deste montante, US$47 milhões serão despendidos no Campo de Atlanta, com início de produção de óleo prevista para o final de 2016. O CAPEX de 2016 também inclui US$22 milhões que serão aplicados na aquisição e processamento de dados sísmicos e em estudos geológicos e geofísicos nos blocos adquiridos na 11ª Rodada de Licitações da ANP.

A QGEP estima investir US$80 milhões em 2017, majoritariamente composto por investimentos em exploração: US$13 milhões são estimados para os blocos da 11ª Rodada US$25 milhões relativos à perfuração de um poço no Bloco CAL-M-372 e US$27 milhões destinados às atividades no BM-S-8, incluindo um poço pioneiro em Guanxuma e um teste no poço Carcará Noroeste.

Os valores de CAPEX são apresentados em US$, já que estão fortemente vinculados a esta moeda. Contudo, uma parcela minoritária dos valores apresentados é denominada em Reais.

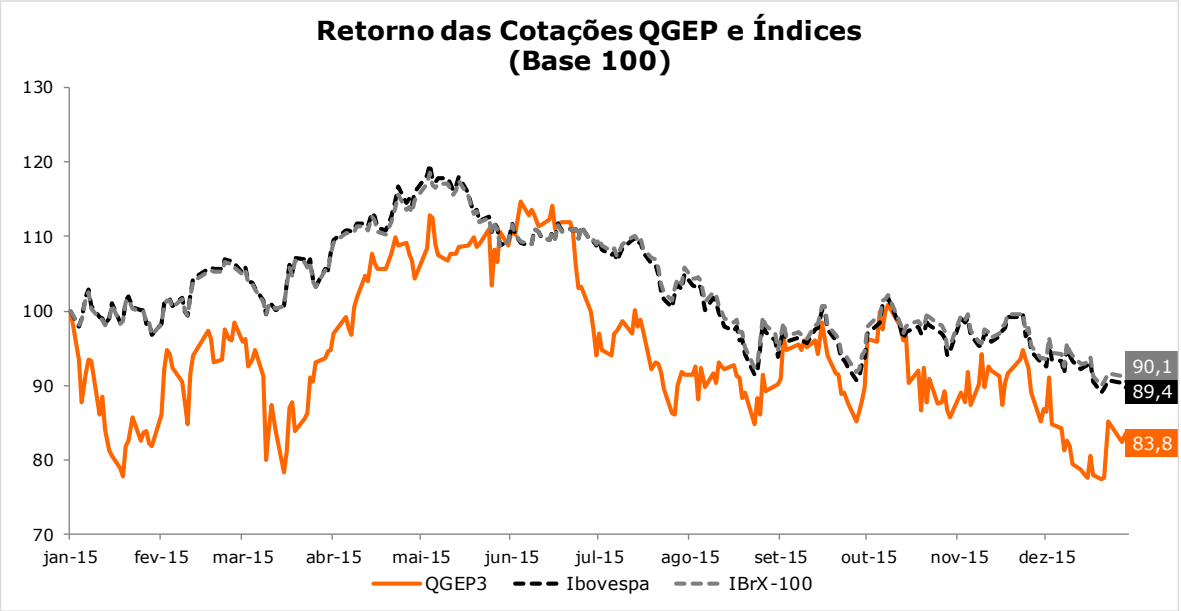
MERCADO DE CAPITAIS

Representando valor de mercado de R$ 1,5 bilhão, a ação da QGEP (BMF&Bovespa: QGEP3) fechou o ano de 2015 cotada a R$ 5,83, o que indica desvalorização de 19% em relação à cotação de 31 de dezembro de 2014. Esta queda está inserida no contexto do mercado de capitais brasileiro, sendo que o principal índice da BM&FBOVESPA, o Ibovespa, apresentou queda de 13% no mesmo período. O desempenho do preço da ação no período refletiu a preocupação dos investidores com a forte queda do preço do petróleo, com a situação da economia e da política brasileira, além da postergação de investimentos da Petrobras. O valor médio diário negociado em 2015 foi de R$ 4,8 milhões.

Ao final de 2015, a Companhia contava com 12 coberturas de analistas de investimento, representando bancos e corretoras nacionais e estrangeiros. Desses analistas, 9

recomendavam COMPRA e 3 recomendavam MANUTENÇÃO. O preço-alvo mais alto para as ações da Companhia era de R$16,60, e o mais baixo, de R$7,30, com preço alvo médio de R$10,52 por ação, o que representa potencial de valorização de 96% em relação ao preço de fechamento da ação da QGEP no encerramento de 2015.

Em setembro de 2015, a QGEP foi incluída na carteira teórica do IBrX-100, o Índice Brasil que mede o retorno de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA, em termos de número de negócios e volume financeiro. A participação nesse índice poderá contribuir para o aumento da liquidez das ações da Companhia e ampliar a visibilidade do papel entre os analistas de mercado de capitais, tanto no Brasil quanto no exterior. A carteira do IBrX-100 é revista a cada 4 meses.



DIVIDENDOS

A QGEP possui uma política de pagamento de dividendos complementares ("Política de Dividendos"), superiores ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social.

A proposta de distribuição de resultados a ser anualmente submetida pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária contempla o pagamento de um dividendo no valor equivalente a R$0,15 por ação. Esse valor inclui o valor do dividendo mínimo obrigatório.

- O pagamento do dividendo complementar fica condicionado à existência de lucros ou de reservas de lucros. Ademais, as propostas de destinação do lucro líquido da Companhia ficam sujeitas, em cada caso, à aprovação em Assembleia Geral Ordinária, e podem ser a qualquer tempo revistas, pelo próprio Conselho de Administração, com base nos planos e necessidades da Companhia, considerados à ocasião, tais como, entre outros, aquisições e investimentos relevantes, cláusulas restritivas em contratos junto a credores, e atendimento a exigências regulatórias.

Tendo em vista a Política de Dividendos acima referida, bem como os dispositivos constantes da Lei nº. 6.404/76, conforme alterada, da Regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, e do Estatuto Social da Companhia, a Companhia adota as seguintes regras e práticas com relação à distribuição de dividendos:

- A proposta de destinação do lucro líquido do exercício segue a seguinte distribuição:

  (i) 5% do lucro líquido do exercício serão aplicados para constituir a reserva legal até que esta reserva atinja 20% do capital social, podendo a sua constituição ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social;

  (ii) após a constituição da reserva legal, o saldo remanescente do lucro líquido do exercício serão prioritariamente destinados ao pagamento de um dividendo complementar no valor equivalente a R$0,15 por ação. Neste valor já está compreendido o dividendo obrigatório, de 0,001% do lucro líquido, conforme o Estatuto da Companhia. Caso em determinado exercício o lucro líquido ajustado não seja suficiente para o pagamento do dividendo complementar, a administração pode propor a reversão de parte ou da totalidade das reservas de lucro estatutárias de modo a viabilizar o pagamento do dividendo; e

  (iii) após as destinações dos itens anteriores, a parcela remanescente, por proposta do Conselho de Administração, pode ser total ou parcialmente destinada à constituição de "Reserva de Investimentos". O limite máximo desta reserva é de até 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não podem ultrapassar 100% do valor do capital social.

O dividendo complementar pode excepcionalmente deixar de ser pago no exercício em que os órgãos da administração da Companhia informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

A tabela abaixo mostra o histórico de pagamento de dividendos nos últimos três anos:

Histórico de Pagamento de Dividendos nos Últimos 3 Anos

Tipo de Pagamento	Ano Base	Data de Aprovação	Data de Pagamento	Montante Total (R$)	Valor por Ação (R$/Ação)
Dividendos	2014	17/04/2015	05/05/2015	38.677.840,95	0,150000
Dividendos	2013	16/04/2014	05/05/2014	40.000.000,00	0,150485
Dividendos	2012	19/04/2013	30/04/2013	783,45	0,000003

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As boas práticas de Governança Corporativa são adotadas pela Companhia visando a otimização de seu retorno e o balanceamento dos interesses de todos os seus stakeholders. Desta forma, fazemos parte do Novo Mercado, segmento de listagem com o mais alto grau de exigência de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

Nossas atividades são preconizadas pelas premissas contidas no Código de Conduta Ética da Companhia, além das seguintes políticas corporativas: Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários, Política de Gestão de Riscos de Mercados, Política do Sistema de Gestão Integrado. Em 2015, incorporamos também a Política Anticorrupção, que complementa as disposições anticorrupção previstas no Código de Conduta Ética da Companhia, estabelecendo diretrizes para interações externas dos Colaboradores perante agentes públicos e privados.

Visando o constante aprimoramento de suas práticas de Governança Corporativa, ainda em 2015 foi instalado pelo Conselho de Administração o Comitê de Ética, Governança e Sustentabilidade, um comitê não estatutário, responsável por zelar pelas boas práticas de mercado e da governança corporativa, entre outras. Este Comitê é composto por três membros, devendo pelo menos um deles ser independente, o qual ocupa a presidência. Já no início de 2016, o Conselho instalou o Comitê de Remuneração da Companhia, igualmente não estatutário e também com três membros.

No ano de 2015, a QGEP lançou seu Programa de Compliance, que inclui, além do Código de Conduta Ética, políticas que preservam a ética pela qual a QGEP é pautada, além de procedimentos relacionados ao tema. O Código observa os princípios da Lei Anticorrupção, além de promover um alinhamento com a legislação internacional. O Código trata, dentre outros temas de: Procedimentos Competitivos, Formação de Parcerias, Fornecedores e Terceiros Contratados, Negócios com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesse.

A Administração do Código de Conduta Ética compete ao Comitê de Ética, Governança e Sustentabilidade, auxiliado pelo Gerente de Compliance, que é responsável, dentre outras atribuições, por apurar eventuais violações ao Código ou direcionar a apuração de acordo com as políticas e procedimentos da QGEP. Uma das ferramentas fundamentais para assegurar o funcionamento do Programa de Compliance é o Canal Confidencial da QGEP, um espaço aberto para o acolhimento de dúvidas e questionamentos por parte de todos os nossos públicos de relacionamento, sendo uma empresa independente que recebe denúncias de maneira confidencial e anônima.

Desde 2014, a QGEP vem instalando anualmente um Conselho Fiscal não permanente, composto por três membros efetivos, sendo um deles indicado pelos acionistas minoritários. O Conselho é formado por profissionais com alta qualificação e experiência nesta função.

Adicionalmente, desde sua criação, a Companhia divulga de maneira transparente e equânime todas as suas atividades por meio dos seus Relatórios Anuais de Sustentabilidade.

RECURSOS HUMANOS

A maioria dos colaboradores da QGEP são executivos e técnicos qualificados e com vasta experiência local, regional e global no setor de óleo e gás. Os profissionais têm especialização nas áreas da geologia, geofísica, engenharia de reservatório, produção, perfuração e sustentabilidade, entre outras. Vários membros da equipe ocuparam cargos sêniores na Petrobras e desempenharam papéis essenciais nas principais descobertas nas bacias brasileiras. Todas as operações da QGEP são conduzidas segundo os mais altos padrões de sustentabilidade, incluindo a segurança de todos os funcionários.

Ao final de 2015, a Companhia tinha um total de 131 colaboradores, incluindo funcionários da QGEP e empregados terceirizados, comparado a 133 colaboradores em 2014.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A QGEP prioriza a identificação e avaliação dos impactos e gerenciamento dos potenciais riscos ambientais, sociais e de segurança associados às suas atividades de exploração e produção, agindo para sua minimização e controle. Além de buscar o comprometimento de todos os envolvidos com suas atividades (colaboradores e contratados), para que tenha um alto desempenho operacional, ambiental, em segurança operacional, saúde, e responsabilidade social.

Em 2015, destacamos a recertificação da Companhia nas normas ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) e OHSAS 18001 (Sistema de Gestão de Saúde e Segurança) para gestão das atividades de exploração e produção, que corrobora o compromisso de manter e melhorar constantemente nossos processos.

Mantendo o compromisso com a transparência e a gestão responsável, iniciamos, ainda em novembro de 2015, o tratamento de todas as informações para a elaboração de nosso 5º Relatório Anual de Sustentabilidade, que deverá ser publicado até ao longo do primeiro semestre de 2016.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia com relação aos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras fundamenta-se em princípios que preservam a sua independência. Esses princípios baseiam-se no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais, advogar por seu cliente ou prestar quaisquer serviços que possam ser considerados restritos segundo as normas vigentes.

Em 02 de fevereiro de 2016, a QGEP informou ao mercado que seu Conselho de Administração aprovou a KPMG Auditores Independentes como sua provedora de serviços de auditoria independente, começando com os resultados do primeiro trimestre de 2016. A KPMG substitui Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Esta mudança está em

conformidade com a Instrução CVM nº 308/99, que obriga a rotação dos auditores independentes a cada cinco anos.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 07 de março de 2016, e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2016.
A Administração

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº. 11.669.021/0001-10
NIRE: 33300292896

Anexo I à Ata de Reunião do Conselho Fiscal
realizada em 07 de março de 2016

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da QGEP Participações S.A. realizada em 17 de abril de 2015, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente.

As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros efetivos.

Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia.

Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, de sócio e gerentes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, bem como consultores jurídicos externos, para prestação de esclarecimentos, dentre outros, sobre (i) as operações da Companhia e das controladas, (ii) a dinâmica dos negócios no período, (iii) gestão de riscos, (iv) impactos da variação cambial no lucro da atividade de exploração, (v) sistemática de registros contábeis de operações em consórcios, (vi) gestão de estoques de materiais, (vii) Fundo de Abandono de Manati, (viii) características e custos de contratação dos seguros por parte da Companhia, (ix) Carta Comentários emitida pela auditoria independente e repostas da Administração, (x) impactos da Medida Provisória nº 694 de 2015, que altera a Lei nº 11.196 de 2005 (Lei do Bem), (xi) processos de produção de petróleo e gás executados pela Companhia e aspectos técnicos e práticos do Campo de Atlanta, (xii) devolução do bloco exploratório BM-J-2, após a constatação da sua inviabilidade informada pela Administração, resultando em baixa contábil, (xiii) premissas e demonstrativos de cálculo utilizados para avaliação do valor recuperável de ativos (*impairment*) e (xiv) provisões de abandono, incluindo retificação do

queiroz galvão
QGEP PARTICIPAÇÕES

procedimento contábil de registro da variação cambial, o que implica a reapresentação das demonstrações financeiras comparativas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e das informações trimestrais referentes aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2015.

Os membros do Conselho Fiscal da QGEP Participações, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações, examinaram (i) o Relatório da Administração, (ii) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e respectivas notas explicativas, (iii) a Proposta da Administração para destinação do resultado e (iv) o estudo técnico para manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2015, conforme Instrução CVM nº. 371, de 27 de junho de 2002.

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração no decorrer do exercício social e no Relatório, sem ressalvas, desta data, da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos acima referidos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2016.

Axel Erhard Brod

José Ribamar Lemos de Souza

Sérgio Tuffy Sayeg

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Presidente Wilson, 231 – 22º
25º e 26º andares
Rio de Janeiro – RJ – 20030-905
Brasil

Tel: + 55 (21) 3981-0500
Fax:+ 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia QGEP Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© 2016 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia QGEP Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Ênfase

CPC 23 - Políticas contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.28, em decorrência dos efeitos contábeis descritos na referida nota explicativa, os valores correspondentes individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, bem como os relativos as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, estão sendo ajustados e reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e *a IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors* e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e *a IAS 1 - Presentation of Financial Statements*. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como as demonstrações financeiras comparativas reapresentadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (conforme nota explicativa nº 2.28), preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8

John Alexander Harold Auton
Contador
CRC 1RJ 078.183/O-2

© 2016 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
ATIVO		31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	31/12/2013 (Reapresentado)
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4	100	1	268	180.672	117.191	357.765
Aplicações financeiras	4	3.037	2.897	-	941.514	1.011.417	647.954
Contas a receber	5	-	-	-	102.615	101.627	99.446
Estoques	7	-	-	-	3.064	54.477	47.769
Impostos e contribuições a recuperar	10.1	85	25	27	74.335	37.636	12.091
Partes relacionadas	8	-	-	-	6.741	-	-
Dividendos a receber	11.2	-	3.277	4.310	-	-	-
Créditos com parceiros	6	-	-	-	23.940	19.344	116.185
Outros		-	-	3	4.462	1.967	4.724
Total do ativo circulante		3.222	6.200	4.608	1.337.343	1.343.659	1.285.934
NÃO CIRCULANTE							
Caixa restrito	9	-	-	-	86.787	27.916	4.167
Aplicações financeiras	4	-	-	-	157.760	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	10.1	-	-	-	4.925	2.654	337
Estoques	7	-	-	-	57.100	-	-
IR e CSLL diferidos	10.4	-	-	-	45.538	19.392	22.477
Partes relacionadas	8	-	-	-	234	4.878	479
Investimentos	11.2	2.686.128	2.583.947	2.437.073	125.118	22.843	10.428
Imobilizado	12	-	-	-	885.458	1.178.616	1.114.155
Intangível	13	-	-	-	728.357	630.470	631.350
Outros ativos não circulantes		-	1	-	1.643	1.810	2.401
Total do ativo não circulante		2.686.128	2.583.948	2.437.073	2.092.920	1.888.579	1.785.794
TOTAL DO ATIVO		2.689.350	2.590.148	2.441.681	3.430.263	3.232.238	3.071.728
PASSIVO							
CIRCULANTE							
Fornecedores		71	47	137	71.663	35.199	160.245
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	12.472	387	238
Impostos e contribuição a recolher	10.2	59	48	42	27.578	26.313	30.059
Remuneração e obrigações sociais		55	50	38	18.572	17.914	19.367
Contas a pagar - partes relacionadas	8	-	-	-	420	336	8
Provisão para pesquisa e desenvolvimento		-	-	-	15.703	12.760	8.577
Seguros a pagar		-	-	-	8.466	6.256	-
Outras obrigações		-	-	-	3.093	11.442	15.210
Total passivo circulante		185	145	217	157.967	110.607	233.704
NÃO CIRCULANTE							
Provisão para abandono	16	-	-	-	225.960	281.099	228.894
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	357.171	250.528	167.666
Total do passivo não circulante		-	-	-	583.131	531.627	396.560
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social integralizado	24	2.078.116	2.078.116	2.078.116	2.078.116	2.078.116	2.078.116
Reserva de capital		37.899	31.632	22.628	37.899	31.632	22.628
Ações em tesouraria		(81.007)	(81.007)	(62.501)	(81.007)	(81.007)	(62.501)
Reserva de lucros		610.788	555.852	401.030	610.788	555.853	401.030
Outros resultados abrangentes		43.369	5.410	2.191	43.369	5.410	2.191
Total do patrimônio líquido		2.689.165	2.590.003	2.441.464	2.689.165	2.590.004	2.441.464
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.689.350	2.590.148	2.441.681	3.430.263	3.232.238	3.071.728

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício		93.613	194.824	93.613	194.824
Outros resultados abrangentes					
Ajustes acumulados de conversão de empresas no exterior	11	37.958	3.219	37.958	3.219
Resultado abrangente do exercício		131.571	198.043	131.571	198.043

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reserva de capital		Reserva de lucros					
	Nota explicativa	Capital social integralizado	Plano de opções de ações	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de Investimentos	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.078.116	22.627	(62.500)	20.123	380.907	2.191	-	-	2.441.464
(Reapresentado)										
Ações em tesouraria	25	-	-	(18.507)	-	-	-	-	-	(18.507)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	3.219	-	-	3.219
Plano de opções de ações	24	-	9.005	-	-	-	-	-	-	9.005
Lucro líquido do exercício (reapresentado)		-	-	-	-	-	-	194.824		194.824
Reserva legal		-	-	-	8.303	-	-	(8.303)	-	-
Reserva para investimentos (reapresentado)		-	-	-	-	186.519	-	(186.519)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	(40.000)	-	-	-	(40.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		2.078.116	31.632	(81.007)	28.426	527.426	5.410	-	-	2.590.003
(Reapresentado)										
Ajustes acumulados de conversão	11	-	-	-	-	-	37.959	-	-	37.959
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	(38.676)	-	-	-	(38.676)
Plano de opções de ações	24	-	6.267	-	-	-	-	-	-	6.267
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	93.613	-	93.613
Reserva legal	24	-	-	-	7.739	(3.059)	-	(4.681)	-	-
Reserva para investimentos	24	-	-	-	-	50.255	-	(50.255)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Dividendos adicionais propostos	24	-	-	-	-	-	-	(38.676)	38.676	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.078.116	37.899	(81.007)	36.165	535.946	43.369	-	38.676	2.689.165

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão datado de 7 de março de 2016)

(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota explicativa	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		93.613	194.824	93.613	194.824
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	11.2	(97.632)	(198.527)	1.178	185
Amortização e depreciação	12/13	-	-	121.652	122.775
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.4	-	-	(26.146)	3.085
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos / outros passivos		-	-	14.617	5.932
Baixa de imobilizado / intangível	12/13	-	-	332.374	70.647
Despesa com plano de opção de ação	24	-	-	6.267	9.005
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10.3	-	-	8.242	15.482
Provisão para pesquisa e desenvolvimento		-	-	2.943	4.183
Variação cambial / outros		-	-	-	18.791
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(988)	(2.181)
Impostos a recuperar	10.1	(60)	2	(38.970)	(27.862)
Outros ativos		1	3	(14.710)	89.083
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		24	(90)	12.638	(131.180)
Impostos a recolher	10.2	11	6	(5.643)	101
Partes relacionadas	8	-	-	84	(6.435)
Outros passivos		7	8	(60.620)	(19.329)
Juros pagos	14	-	-	(13.723)	328
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(1.336)	1.033
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(4.036)	(3.774)	431.472	348.467
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Caixa restrito	9	-	-	(58.871)	(23.749)
Aplicações financeiras	4	(140)	(2.897)	(87.857)	(363.463)
Aumento de capital empresas no exterior		(925)	-	(103.453)	(12.599)
Dividendos recebidos		40.599	63.879	-	-
Pagamentos de imobilizado	12	-	-	(134.669)	(215.615)
Pagamentos de intangivel	13	-		(100.259)	(1.840)
Recebimento de dividendos		3.277	1.032	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		42.811	62.014	(485.109)	(617.266)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Liberação de empréstimo	14	-	-	117.835	83.513
Ações em tesouraria	24	-	(18.507)	-	(18.507)
Pagamento de dividendos		(38.676)	(40.000)	(38.676)	(40.000)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(38.676)	(58.507)	79.159	25.006
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	37.959	3.219
Total da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	37.959	3.219
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		99	(267)	63.481	(240.574)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1	268	117.191	357.765
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		100	1	180.672	117.191
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		99	(267)	63.481	(240.574)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	17	-	-	496.192	503.232
CUSTOS	18	-	-	(252.854)	(242.266)
LUCRO BRUTO		-	-	243.338	260.966
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	18	(4.484)	(4.019)	(52.907)	(58.475)
Equivalência patrimonial	11	97.632	198.527	(1.178)	(185)
Gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás	19	-	-	(386.098)	(110.348)
Outras operacionais líquidas		-	-	335	-
		93.148	194.508	(196.510)	91.958
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	20	465	316	272.220	119.201
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		93.613	194.824	75.710	211.159
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.3	-	-	(8.242)	(13.250)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.3	-	-	26.145	(3.085)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		93.613	194.824	93.613	194.824
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO	24	0,36	0,75		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)
RECEITAS		-	-	758.559	851.408
Vendas de gás	17	-	-	615.398	634.285
Receita de serviços		-	-	8.183	-
Outras receitas		-	-	309	1.508
Receitas relativas à construção de ativos próprios	12	-	-	134.669	215.615
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		915	879	602.359	397.262
Custo dos produtos, das mercadorias e serviços vendidos		-	-	471.908	186.728
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		915	879	109.542	192.927
Outros		-	-	20.909	17.607
VALOR (UTILIZADO) ADICIONADO BRUTO		(915)	(879)	156.200	454.146
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	12/13	-	-	121.465	124.491
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (UTILIZADO) PELA ENTIDADE		(915)	(879)	34.735	329.655
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		98.104	198.846	265.252	119.423
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	11.2	97.633	198.527	(1.178)	(185)
Receitas financeiras	20	471	319	265.899	119.608
Outros		-	-	531	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		97.189	197.967	299.987	449.078
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		2.864	2.491	54.613	53.530
Benefícios		136	128	6.585	5.282
F.G.T.S		-	-	(2.590)	2.161
Outros		(2)	-	307	-
		2.998	2.619	58.915	60.973
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		572	498	48.231	81.313
Estaduais		-	-	55.825	57.000
Municipais		-	-	491	85
ANP (bônus e royalties)		-	-	46.846	50.076
		572	498	151.393	188.474
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		-	3	(6)	167
Aluguéis		-	-	1.857	3.650
Despesas bancárias		6	23	794	852
Variação monetária / cambial		-	-	(6.579)	138
		6	26	(3.934)	4.807
Remuneração de capitais próprios:					
Resultado líquido do exercício		93.613	194.824	93.613	194.824
		93.613	194.824	93.613	194.824
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO		97.189	197.967	299.987	449.078

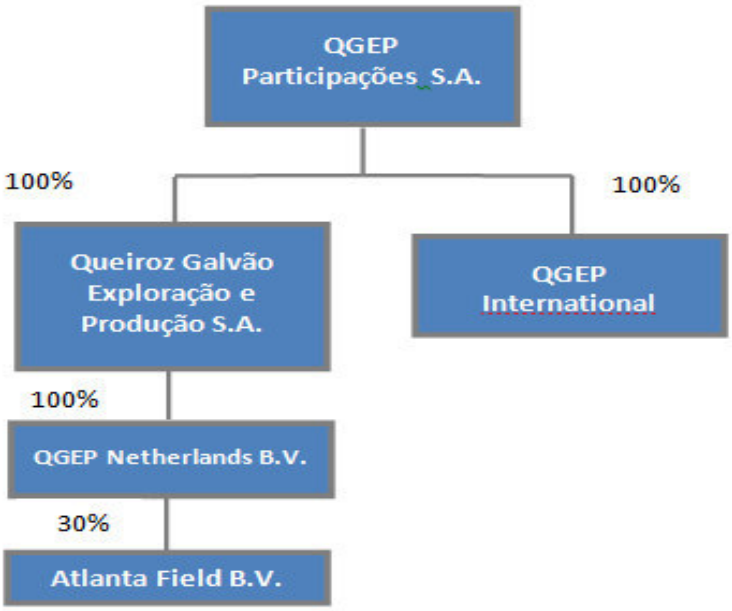
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Estrutura societária

A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1301, Rio de Janeiro ("Companhia" ou "QGEPP") tem como objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



A controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP") tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

A QGEP Netherlands B.V. ("QGEP B.V.") com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da QGEP tendo como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

A Atlanta Field B.V. (“AFBV”) com sede na cidade de Roterdã, Holanda, controlada indireta da QGEP e direta da QGEP B.V., detendo 30% de participação societária, tem como objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da área de concessão e, ainda, adquirir, administrar, operar equipamentos, incluindo a equipamentos registrados para apoiar as atividades declaradas do Grupo. A OGX Netherlands Holding B.V e a FR Barra 1S.àr.l., em função da parceria com a QGEP na concessão do Bloco BS-4, detêm 40% e 30%, respectivamente, de participação na AFBV.

Em 3 de outubro de 2013, foi constituída a QGEP International GmbH (“QGEP International”), com sede na cidade de Viena, Áustria, subsidiária integral da QGEPP tendo como objeto social aquisição de empresas na Áustria e exterior, constituição e gestão de empresas subsidiárias na Áustria e exterior e gestão de seus ativos.

Histórico Operacional:

As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural (“E&P”) são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas, são referidas em conjunto nestas demonstrações financeiras como “Grupo”.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo apresenta em seu portfólio a participação em dezesseis concessões de E&P localizadas na porção offshore da Margem Continental brasileira (nota explicativa 21), sendo doze concessões em fase exploratória e 4 concessões em fases de desenvolvimento/ produção. Todas as participações nas concessões pertencem à controlada QGEP.

Na concessão BCAM-40 estão situados os campos de Manati e Camarão Norte, que se encontram, respectivamente, nas fases de produção e desenvolvimento da produção. Na concessão BS-4 estão situados os campos de Atlanta e Oliva, que se encontram em fase de desenvolvimento da produção.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoa o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira). Desde agosto de 2015 a estação de compressão de Manati foi conectada ao sistema. A estação está agora em plena operação e a capacidade de produção já retornou ao patamar de 6,0 milhões de m³/dia.

No Bloco BM-J-2, a revisão dos estudos de viabilidade técnica e econômica do projeto, incorporando os resultados da perfuração do poço 1-QG-5-A e do reprocessamento dos dados sísmicos 3D, indicaram a inviabilidade econômica da continuidade do projeto, que levou a devolução do Bloco em 21 de dezembro de 2015. Foi entregue também nessa data o Relatório Final do PAD. Os valores registrados como baixa do Bloco BM-J-2 na rubrica de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás foram no montante de R$332.487.

Na Concessão BM-S-8 ocorreu no primeiro semestre de 2015 a perfuração do poço Carcará Norte (3-SPS-105), localizado aproximadamente a 5 km do poço descobridor. Esse poço comprovou as previsões e mostrou a existência de uma coluna de petróleo e gás, em reservatórios conectados do pré-sal. Pelos dados de pressão, comprova-se que esse poço está na mesma acumulação do poço Carcará (1-SPS-86B). A mesma sonda que perfurou esse poço perfurou a seção de reservatórios do poço Carcará NW (3-SPS-104DA) no final de setembro de 2015. Através de medições de pressão, observa-se que a seção de reservatórios se mostrou totalmente conectada à coluna de óleo dos dois primeiros poços. Ainda no quarto trimestre de 2015 foram realizados dois testes de formação a poço revestido (TFRs) no poço Carcará Norte que apresentaram produtividade com vazões de óleo potenciais de óleo, pelo menos, equivalentes superiores aos melhores poços do pré-sal.

O Bloco BS-4 engloba os Campos de Atlanta e Oliva, cujo desenvolvimento já está em andamento. O Campo de Atlanta é um campo de óleo do pós-sal, localizado no Bloco BS-4, a 17 km do Campo de Oliva. No primeiro semestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os dois primeiros poços horizontais do Sistema de Produção Antecipada (SPA) no Campo de Atlanta foram perfurados e completados. Ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram assinados os contratos de afretamento e operação da unidade de produção (FPSO - unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência) Petrojarl I para desenvolver o Campo por meio do SPA. O navio contratado está sendo adaptado, na Holanda, de acordo com nossas especificações, com previsão de entrega no Campo no terceiro trimestre do exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 e início de produção no quarto trimestre. O CAPEX total estimado para o SPA é de USD 745 milhões, sendo USD 223,5 milhões líquidos referentes a participação da QGEP. Este montante é referente a um sistema com três poços produtores, com opção de perfuração do terceiro poço. Até 31 de dezembro de 2015, a QGEP e AFBV incorreram em USD156 milhões do CAPEX total do SPA.

Em outubro de 2015, a Companhia assinou o contrato (COSA - Crude Oil Sales Agreement) com a Shell Western Supply and Trading Ltd (Shell) para a comercialização da produção do SPA de Atlanta. As vendas de óleo serão Free on Board (FOB) no FPSO, com um mecanismo de preço netback. O COSA tem prazo de três anos, com a possibilidade de extensão por mais um ano. Os demais consorciados do Campo de Atlanta celebraram o mesmo tipo de acordo comercial com a Shell.

Já o Plano de Desenvolvimento (PD) do Campo de Oliva, aprovado em 21 de agosto de 2013, prevê a perfuração de um poço de Aquisição de Dados de Reservatório no exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, seguido de teste a comprovar a estimativa de reservas e a tomada de decisão para o modelo de desenvolvimento do Campo.

As concessões adquiridas na 11ª rodada de licitação da ANP, nas bacias da Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Ceará, Pernambuco-Paraíba e Espírito Santo, estão em fase de aquisição ou de processamento da sísmica 3D. O total acumulado gasto até 31 de dezembro de 2015 é de R$49.055. A programação para perfuração de poços, onde temos o compromisso no primeiro período, deverá ocorrer nos exercícios de 2017 e 2018 (nota explicativa 22).

Na 13ª Rodada de Licitações da ANP a controlada QGEP adquiriu a participação de 100% nos blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428. Ambos os Blocos estão localizados em água ultra-profunda da Bacia de Sergipe-Alagoas, com área de 756,86 km² e 756,24 km², respectivamente. O bônus de assinatura pago foi o valor mínimo exigido pela ANP, no valor de R$63,9 milhões para o Bloco SEAL-M-351 e R$36,1 milhões para o Bloco SEAL-M-428. O Programa exploratório mínimo (PEM) para o primeiro período de ambos os Blocos está coberto por uma carta de garantia de R$18,3 milhões. Para o cumprimento destes Programas prevê-se fazer levantamento sísmico cobrindo a área do bloco com um valor estimado em torno de US$10 milhões. O contrato de concessão foi assinado em 23 de Dezembro de 2015 dando início ao 1º período da Fase de Exploração que tem duração de 5 anos.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras da QGEPP estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo encontra-se descrito nos tópicos abaixo:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como das informações contábeis referentes aos fundos exclusivos descritos na nota explicativa 4. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o período estão incluídos nas informações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

Participações da Companhia em controladas

As demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, compreendem as informações financeiras de suas controladas diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

			Porcentagem de participação - %	
	País de operação	Controle	31/12/2015	31/12/2014
QGEP	Brasil	Direto	100%	100%
QGEP International	Áustria	Direto	100%	100%
QGEP B.V.	Holanda	Indireto	100%	100%

2.4. Participações em negócios em conjunto ("*joint venture*")

Uma "*joint venture*" é um acordo contratual através do qual uma Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da *"joint venture*" requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de "*joint venture*" que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A controlada indireta QGEP B.V. apresenta participação em entidade controlada em conjunto nas suas demonstrações financeiras usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	País de operação	Controle	Tipo de negócio	Porcentagem de participação - % 31/12/2015	31/12/2014
AFBV	Holanda	Indireto	Negócios em conjunto (*Joint venture*)	30%	30%

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento: exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com o cliente Petrobras e no Brasil.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.8. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - "*Exploration for and evaluation of mineral resources"*.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis ("*dryhole*") são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas desenvolvidas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas desenvolvidas quando entrarem na fase de produção.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;

- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

Conforme descrito na nota explicativa 1, o bloco exploratório BM-J-2 foi devolvido pela Companhia.

Para os ativos em desenvolvimento e produção, a Companhia avalia a necessidade de *impairment* dos mesmos através do valor em uso usando o método dos fluxos de caixa estimados descontados a valor presente utilizando taxa de desconto antes dos impostos pela vida útil estimada de cada ativo e compara o valor presente dos mesmos com o seu valor contábil na data da avaliação. Premissas futuras, obtidas de fontes independentes sobre reserva de hidrocarbonetos, câmbio na moeda norte americana, taxa de desconto, preço do barril e custos são considerados no modelo de teste de *impairment*.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 16). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados, quando aplicável. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do exercício (resultado financeiro líquido).

2.9. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.8, os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando houver perdas decorrentes das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.10. Gastos associados às *joint operations* de exploração e produção

Como operadora das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações da Companhia é representar a *joint operation* perante terceiros. Nesse sentido, a operadora é responsável por contratar e pagar os fornecedores dessas *joint operations* e, por isso, as faturas recebidas pela operadora contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos para a operação total da concessão. Os impactos no resultado individual da operadora, entretanto, refletem apenas as suas participações nas concessões já que as parcelas associadas aos demais parceiros são cobradas dos mesmos mensalmente. A operadora estima os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos já incorridos ou a incorrer na operação, faturados ou não pelos fornecedores. Estes gastos são cobrados aos parceiros através de *cash calls* e a prestação de contas é feita mensalmente através do relatório *billing statement*.

2.11. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, principalmente na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória e de desenvolvimento. Uma vez utilizados e, dependendo da fase da campanha (exploratória ou desenvolvimento), esses materiais são reclassificados de estoques para imobilizado ou ao resultado. Os estoques de materiais são registrados ao custo de aquisição e ajustados, quando aplicável, ao valor de sua realização (Nota explicativa 7). A previsão de sua utilização conforme plano futuro de exploração e desenvolvimento corroboram a classificação como ativo circulante e não circulante.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

2.13. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de "perda provável", com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de "perda possível" são divulgados pela Administração, mas não registrados (Nota explicativa 15).

2.14. Obrigações legais

Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Impostos e contribuições a recolher, subgrupo obrigações legais", no passivo não circulante, líquido dos depósitos judiciais correspondentes.

2.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos seus riscos inerentes a terceiros.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração (de acordo com modelo de negócios aprovados pela Administração e pelos conselhos de governança da Companhia).

2.17. Incentivos fiscais

2.17.1. Federais

Por possuir o Campo de Manati, que está localizado na área de abrangência da Sudene, a QGEP, detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicional, calculados com base no Lucro da Exploração durante 10 (dez) anos, usufruindo deste benefício a partir do exercício de 31 de dezembro de 2008. Na investida operacional QGEP, o valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Este benefício está enquadrado como subvenção de investimento, atendendo às normas prevista no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.17.2. Estaduais

De acordo com o Decreto 13.844/12, do Governo da Bahia, a QGEP usufrui de um crédito presumido de 20% do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural devido ao investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção. Este benefício irá perdurar até 2022.

Na investida operacional QGEP, esta subvenção para investimento do ICMS é registrada na rubrica “impostos incidentes sobre as vendas” e posteriormente, quando do encerramento do exercício, é destinada à rubrica de “Reservas de lucros - incentivos fiscais” no patrimônio líquido, atendendo às normas prevista no Artigo 30 da Lei 12.973/2014.

2.18. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na nota explicativa nº 24iii.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio líquido ("plano de opção de ações"). No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão eventualmente adquiridos.

O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Plano de Opções de Ações".

2.19. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.21. Ativos financeiros

Os ativos financeiros do Grupo estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.21.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB/CDI (pós-fixado) e debêntures compromissadas) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.21.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito e aplicação financeira não circulante classificado nesta categoria.

2.21.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.O Grupo possui contas a receber, caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

2.21.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.22. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros". O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.22.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. O Grupo possui empréstimos e financiamentos classificados nesta categoria.

2.22.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando essas vencem.

2.23. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é a moeda corrente do Brasil - real (R$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada indireta sediada na Holanda, a controlada direta sediada na Áustria e a controlada em conjunto, também sediada na Holanda, utilizam o dólar norte americano (US$) como moeda funcional. As demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da QGEPP.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02 (R2):

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo e arrendamento de equipamentos).

2.23.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes - ajustes acumulados de conversão.

2.24. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.26. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico / diluído é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no período.

2.27. Novas normas, alterações e interpretações

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 1º de janeiro de 2015.

As normas a seguir relacionadas, referentes às informações do Grupo, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015 ou em períodos subsequentes.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição	Aplicação para os períodos sociais a serem iniciados em ou após
IAS 19 / CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados	1º de julho de 2014

b) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo.

O Grupo não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações, referentes às suas operações, que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

Pronunciamento ou interpretação	Descrição	Aplicação para os períodos sociais a serem iniciados em ou após
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2018
IFRS 14	Contas de diferimento regulatório	1º de janeiro de 2016
IFRS 15	Receita de contrato com clientes	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Arrendamento mercantil	1º de janeiro de 2019
IFRS 11	Contabilização para aquisições de participação em operações em conjunto	1º de janeiro de 2016
IAS 27	Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1º de janeiro de 2016
IAS 1	Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras	1º de janeiro de 2016

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a esses IFRS, mas existe a expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção dos pronunciamentos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM. Exceto para o IFRS 14 que a Administração entende não ser aplicável às operações da QGEPP, a Companhia está avaliando os potenciais efeitos desses pronunciamentos.

2.28. CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

A Administração da Companhia identificou a necessidade de reapresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, aprovadas em 12 de março de 2015 e 24 de fevereiro de 2014, respectivamente.

A reapresentação tem como objetivo retificar os efeitos do reconhecimento contábil da remensuração da provisão de abandono, quando aplicável, à luz da interpretação do CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e ICPC12 (Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares).

As alterações nas demonstrações financeiras ora apresentadas decorrem dos efeitos dos registros contábeis da variação cambial da moeda norte americana, uma das premissas utilizadas na remensuração da provisão para abandono de áreas em desenvolvimento e áreas produtoras de hidrocarbonetos. O efeito da referida variação cambial vinha sendo registrado contabilmente como resultado financeiro líquido e ora passa a ser registrado em contrapartida ao ativo imobilizado nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e nas demonstrações financeiras comparativas que estão sendo reapresentadas (referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013).

Os reflexos contábeis no consolidado decorrentes do registro da variação cambial no ativo imobilizado, recálculo de depreciação/amortização e remensuração das despesas de imposto de renda / impostos e contribuições a recuperar**,** bem como os reflexos contábeis na controladora nas rubricas de investimentos no ativo não circulante e no resultado de equivalência patrimonial em investida, estão sendo reapresentados conforme requerido pelo CPC 23 – Politicas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

Embora a reapresentação das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 tenha resultado em maior lucro líquido naqueles exercícios, os dividendos propostos e pagos aos acionistas com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com a legislação societária e aprovadas em 12 de março de 2015 e 24 de fevereiro de 2014, respectivamente, permanecem atendendo à regra do dividendo mínimo obrigatório da Companhia vigente naqueles exercícios. Os dividendos pagos excediam (e permanecem excedendo, mesmo com os saldos reapresentados) o mínimo requerido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (vide nota explicativa 24).

a) Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 reapresentados

	Controladora		
	31/12/2013 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2013 (Reapresentado)
ATIVO			
Circulante			
Ativos circulantes	4.608	-	4.608
Total do ativo circulante	4.608	-	4.608
Não circulante			
Investimentos	2.404.666	32.407	2.437.073
Outros ativos não circulantes	-	-	-
Total do ativo não circulante	2.404.666	32.407	2.437.073

Total do ativo	2.409.274	32.407	2.441.681

	Controladora		
	31/12/2013 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2013 (Reapresentado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Passivos circulantes	217	-	217
Total do passivo circulante	217	-	217
Passivos não circulantes	-	-	-
Total do passivo não circulante	-	-	-
Total do patrimônio líquido	2.409.057	32.407	2.441.464
Total do passivo e patrimônio líquido	2.409.274	32.407	2.441.681

	Consolidado		
ATIVO	31/12/2013 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2013 (Reapresentado)
Circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	10.380	1.711	12.091
Ativos circulantes	1.273.843	-	1.273.843
Total do ativo circulante	1.284.223	1.711	1.285.934
Não circulante			
Imobilizado	1.083.459	30.696	1.114.155
Outros ativos não circulantes	671.639	-	671.639
Total do ativo não circulante	1.755.098	30.696	1.785.794
Total do ativo	3.039.321	32.407	3.071.728
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Passivos circulantes	233.704	-	233.704
Total do passivo circulante	233.704	-	233.704
Passivos não circulantes	396.560	-	396.560
Total do passivo não circulante	396.560	-	396.560
Total do patrimônio líquido	2.409.057	32.407	2.441.464
Total do passivo e patrimônio líquido	3.039.321	32.407	3.071.728

ATIVO	Controladora		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Circulante			
Ativos circulantes	6.200	-	6.200
Total do ativo circulante	6.200	-	6.200
Não circulante			
Investimentos	2.522.772	61.176	2.583.948
Outros ativos não circulantes	1	-	1
Total do ativo não circulante	2.522.773	61.176	2.583.949
Total do ativo	2.528.973	61.176	2.590.149
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Passivos circulantes	145	-	145
Total do passivo circulante	145	-	145
Passivos não circulantes	-	-	-
Total do passivo não circulante	-	-	-
Total do patrimônio líquido	2.528.828	61.176	2.590.004
Total do passivo e patrimônio líquido	2.528.973	61.176	2.590.149

ATIVO	Consolidado		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	33.692	3.944	37.636
Ativos circulantes	1.306.023	-	1.306.023
Total do ativo circulante	1.339.715	3.944	1.343.659
Não circulante			
Imobilizado	1.121.384	57.232	1.178.616
Outros ativos não circulantes	709.963	-	709.963
Total do ativo não circulante	1.831.347	57.232	1.888.579
Total do ativo	3.171.062	61.176	3.232.238
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Passivos circulantes	110.607	-	110.607
Total do passivo circulante	110.607	-	110.607
Não circulante			
Passivos não circulantes	531.627	-	531.627
Total do passivo não circulante	531.627	-	531.627
Total do patrimônio líquido	2.528.828	61.176	2.590.004
Total do passivo e patrimônio líquido	3.171.062	61.176	3.232.238

b) Demonstrações dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 reapresentadas

	Controladora		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Receita líquida	-	-	-
Custos de mercadorias vendidas	-	-	-
Lucro Bruto	-	-	-
Receitas / despesas operacionais	165.740	28.768	194.508
Resultado operacional antes do resultado financeiro	165.740	28.768	194.508
Resultado financeiro líquido	316	-	316
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	166.056	28.768	194.824
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Lucro líquido do exercício	166.056	28.768	194.824
Resultado líquido do exercício por ação	0,64	-	0,75

	Consolidado		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Receita líquida	503.232	-	503.232
Custos de mercadorias vendidas	(235.388)	(6.878)	(242.266)
Lucro Bruto	267.844	(6.878)	260.996
Receitas / despesas operacionais	(169.008)	-	(169.008)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	98.836	(6.878)	91.958
Resultado financeiro líquido	85.787	33.414	119.201
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	184.623	26.536	211.159
Imposto de renda e contribuição social diferido	(15.482)	2.234	(13.250)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.085)	-	(3.085)
Lucro líquido do exercício	166.056	28.768	194.824

c) Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 reapresentado:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	166.056	28.768	194.824
Outros resultados abrangentes			
Ajustes acumulados de conversão de empresas no exterior	3.219	-	3.219
Resultado abrangente do exercício	169.275	28.768	198.043

d) Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 reapresentadas:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2013 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2013 (Reapresentado)
Capital social	2.078.116	-	2.078.116
Reservas de capital	(39.873)	-	(39.873)
Reservas de lucros	368.623	32.407	401.030
Outros resultados abrangentes	2.191	-	2.191
Total	2.409.057	32.407	2.441.464

	Controladora e consolidado		
	31/12/2014 (originalmente apresentados)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Capital social	2.078.116	-	2.078.116
Reservas de capital	(49.375)	-	(49.375)
Reservas de lucros	494.677	61.176	555.853
Outros resultados abrangentes	5.410	-	5.410
Total	2.528.828	61.176	2.590.004

e) Demonstração do fluxo de caixa para exercício findo em 31 de dezembro de 2014 reapresentada:

	Controladora		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	166.056	28.768	194.824
Ajustes em:			
Equivalência patrimonial	(169.759)	(28.768)	(198.527)
		-	
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Ativos operacionais	5	-	5
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Passivos operacionais	(76)	-	(76)
Caixa líquido gerado pelas operações	(3.774)	-	(3.774)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	62.014	-	62.014
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(58.507)	-	(58.507)

	Controladora		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(267)	-	(267)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	268	-	268
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1	-	1
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(267)	-	(267)

	Consolidado		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	166.056	28.768	194.824
Ajustes em:			
Equivalência patrimonial	185	-	185
Amortização e depreciação	115.897	6.878	122.775
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.085	-	3.085
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	5.932	-	5.932
Baixa de imobilizado / intangível	70.647	-	70.647
Despesa com plano de opção de ação	9.005	-	9.005
Provisão para imposto de renda e contribuição social	15.482	-	15.482
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	4.183	-	4.183
Variação cambial / outros	52.205	(33.414)	18.791
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	(2.181)	-	(2.181)
Impostos a recuperar	(25.629)	(2.233)	(27.862)
Outros ativos	89.083	-	89.083
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Passivos operacionais	(155.482)	-	(155.482)
Caixa líquido gerado pelas operações	348.468	-	348.468
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(617.267)	-	(617.267)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	25.006	-	25.006
Variação cambial sobre caixas e equivalentes	3.219	-	3.219
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(240.574)	-	(240.574)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	357.765	-	357.765
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	117.191	-	117.191
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(240.574)	-	(240.574)

f) Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 reapresentada:

	Controladora		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS	879	-	879
Valor (utilizado) adicionado bruto	(879)	-	(879)
Valor adicionado líquido produzido (utilizado) pela entidade	(879)	-	(879)
Valor adicionado recebido em transferência	170.078	28.768	198.846
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	169.759	28.768	198.527
Receitas financeiras	319	-	319
Outros	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir	169.199	28.768	197.967
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal:			
Remuneração direta	2.491	-	2.491
Benefícios	128	-	128
F.G.T.S	-	-	-
	2.619	-	2.619
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais	498	-	498
Estaduais	-	-	-
Municipais	-	-	-
ANP (bônus e royalties)	-	-	-
	498	-	498
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	3	-	3
Aluguéis	-	-	-
Despesas bancárias	23	-	23
Variação monetária / cambial	-	-	-
	26	-	26
Remuneração de capitais próprios			
Resultado líquido do exercício	166.056	28.768	194.824
	166.056	28.768	194.824
Valor adicionado distribuído	169.199	28.768	197.967

	Consolidado		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Receitas	851.408	-	851.408
Vendas de gás	634.285	-	634.285
Outras receitas	1.508	-	1508
Receitas relativas à construção de ativos próprios	215.615	-	215.615
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS	397.262	-	397.262
Custo dos produtos, das mercadorias e serviços vendidos	186.728		186.728
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	192.927		192.927
Outros	17.607	-	17.607
Valor (utilizado) adicionado bruto	454.146	-	454.146
Depreciação, amortização e exaustão	117.613	6.878	124.491
Valor adicionado líquido produzido (utilizado) pela entidade	336.533	(6.878)	329.655
Valor adicionado recebido em transferência	119423	-	119423
Resultado de equivalência patrimonial e dividendos	(185)	-	(185)
Receitas financeiras	119.608	-	119.608
Outros	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir	455.956	(6.878)	449.078
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal:			
Remuneração direta	53.530	-	53.530
Benefícios	5.282	-	5.282
F.G.T.S	2.161	-	2.161
	60.973	-	60.973
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais	83.545	(2.233)	81.312
Estaduais	57.000	-	57.000
Municipais	85	-	85
ANP (bônus e royalties)	50.076	-	50.076
	190.706	(2.233)	188.474
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	167	-	167
Aluguéis	3.650	-	3.650
Despesas bancárias	852	-	852
Variação monetária / cambial	33.552	(33.414)	138
	38.221	(33.414)	4.807
Remuneração de capitais próprios			
Resultado líquido do exercício	166.056	28.768	194.824
	166.056	28.768	194.824
Valor adicionado distribuído	455.956	(6.878)	449.078

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social e a avaliação e determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os seus efeitos contábeis às nova estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Investimentos mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o seu vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2015 é de R$86.787 (caixa restrito). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na nota explicativa nº 9.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam ‘em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, incluindo valor justo de opção de compra de ações. As notas explicativas 23 e 24 oferecem informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e sua sensibilidade.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado e intangível anualmente, ao encerramento de cada exercício. Durante o exercício, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, bem como diferenças temporais, são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela sua Administração e aprovadas pelos órgãos de governança. Estas projeções e previsões futuras preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas às taxas de câmbio na moeda norte americana, taxas de inflação, volume de produção dos ativos de hidrocarbonetos, preço do barril de petróleo, gastos exploratórios e compromissos, disponibilidade de licenças, e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado (nota explicativa 15). Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados.

Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o período de estimativas e julgamentos significativos da Administração e de seus assessores legais quanto aos resultados das decisões legais.

3.2.5. Estimativas das reservas provadas e de reservas prováveis (amortização de ativo imobilizado e intangível, provisão para abandono e análises de *impairment*)

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são anualmente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que o Grupo assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis estimadas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil dos ativos imobilizados e intangíveis e das análises de *impairment* nos ativos de exploração e produção.

A metodologia de cálculo dessa provisão de abandono consiste em estimar na data base de apresentação quanto o Grupo desembolsaria com gastos inerentes a desmantelamento das áreas em desenvolvimento e produção naquele momento.

Esta provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados prospectivamente. Revisões das estimativas na provisão de abandono são reconhecidas prospectivamente como custo do imobilizado, sendo os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto), considerados no modelo de apuração da obrigação futura, alocadas diretamente no resultado (nota explicativa 16).

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidos ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa 2.8. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação nos resultados paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, indicadores financeiros e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual da Companhia, e as diretrizes da Lei nº 10.101/2001, que regulamenta a Participação nos Lucros dos empregados nas empresas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	100	1
CDB's e debêntures	-	-
Total	100	1

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	76.095	17.444
CDB's e debêntures	104.577	99.747
Total	180.672	117.191

O caixa e equivalentes de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB) e debêntures compromissadas, com liquidez imediata. A rentabilidade dos caixas e equivalentes de caixas em Reais está indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

b) Aplicações financeiras (circulante e não circulante)

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Operações Compromissadas (i)	3.037	2.897
Total	3.037	2.897
Circulante	3.037	2.897

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Operações Compromissadas (i)	160.797	2.897
Fundo cambial exclusivo (ii)	420.680	285.176
Fundo de investimento exclusivo multimercado (iii):	517.797	723.344
Operações Compromissadas (debêntures)	59.763	64.003
CDB (pós-fixado CDI)	57.138	86.999
Títulos públicos (LFT/NTN)	203.698	344.887
Letras Financeiras (iv)	197.198	227.455
Total	1.099.274	1.011.417
Circulante	941.514	1.011.417
Não circulante (i)	157.760	-

i. No consolidado, o valor de R$157.760 é classificado como ativo não circulante e refere-se à aplicação financeira em operações compromissadas e CDB's, colateral de fiança com vencimentos em 2017 e 2021 (nota explicativa 14).

ii. Companhia possui fundo cambial exclusivo com o objetivo de atender à política de proteção da empresa com gastos exploratórios e de produção em moeda estrangeira.

iii. A controlada QGEP possui fundo de investimento exclusivo multimercado, sem perspectiva de utilização dos recursos em um prazo de 90 dias da data de sua aplicação, que investe em cotas de dois fundos exclusivos de renda fixa lastreados em títulos públicos indexados à variação da taxa Selic e títulos privados indexados à variação da taxa do CDI.

iv. Letras Financeiras dos Bancos Alfa, Banco do Brasil, BNP, Banrisul, Bradesco, BTG Pactual, CEF, HSBC, Itaú, Santander, Safra, Votorantim e Volkswagen.

c) Rentabilidade

A rentabilidade dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 101,90% da variação da taxa CDI acumulada do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (102,34% em 31 de dezembro de 2014).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a variação do fundo cambial foi de 51,25% (PTAX 47,01% como benchmark do fundo) e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de 12,27% (PTAX 13,38% como benchmark do fundo).

5. CONTAS A RECEBER

A QGEP tem contrato de longo prazo iniciado em 2007 com vencimento em junho de 2030 para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual corrigido pela inflação brasileira.

Em 16 de julho de 2015, foi assinado o aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati entre a controlada QGEP e a Petrobras. O contrato original para a venda de gás previa a compra do volume de 23 bilhões de m³ de gás, com cláusula de *take or pay*. O aditivo eleva o volume total contratado para toda a reserva do Campo, mantendo-se os demais termos e condições do contrato original.

Os saldos de contas a receber referem-se basicamente a operações de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. CRÉDITOS COM PARCEIROS

Refletem gastos incorridos nas atividades de E&P que são faturados ("*cash calls*") ou a serem faturados aos parceiros não operadores nos respectivos consórcios, ou alocados pelos parceiros operadores a Companhia nos blocos não operados pela QGEP.

Do montante de R$23.940 registrados em 31 de dezembro de 2015, R$12.194 referem-se à parcela da consorciada OGX Petróleo e Gás S.A. - Recuperação Judicial (denominada "OGX") e o restante de outros consorciados (R$11.746). Os montantes em aberto em 31 de dezembro de 2015 não se encontram vencidos.

Considerando a atual situação da parceira OGX, a qual se encontra em recuperação judicial, a QGEP está monitorando este processo visando à mitigação de riscos eventualmente associados ao cumprimento das obrigações de pagamento e investimentos dessa consorciada (vide nota explicativa 30).

7. ESTOQUES - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

O saldo refere-se basicamente a materiais e insumos necessários à execução de campanhas de perfuração exploratória e em desenvolvimento do BS-4.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Materiais e insumos	60.164	54.477
Total	60.164	54.477
Circulante	3.064	54.477
Não circulante	57.100	-

A Companhia, corroborada pelas premissas utilizadas no plano de negócios preparado em 2015, pretende utilizar esses materiais em campanhas exploratórias ou de desenvolvimento a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Assim sendo, dos saldos existente em estoques em 31 de dezembro de 2015 foram classificados para o ativo não circulante R$57.100.

8. PARTES RELACIONADAS

(i) Transações com parte relacionadas

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, descritas na nota explicativa 11, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativo - circulante		
Contas a receber - AFBV (a)	6.741	-
Total	6.741	-

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ativo - não circulante		
Contas a receber - AFBV (a)	234	4.878
Total	234	4.878

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Passivo - circulante		
Contas a pagar - QGOG (b)	9	8
Contas a pagar - AFBV (c)	411	328
Total	420	336

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Resultado		
Receita de serviços (a)	8.183	-
Variação cambial sobre receita de serviços	371	-
Despesas gerais e administrativas (b)	90	86
Venda de ativo imobilizado	-	14
Total	8.644	100

(a) Referem-se a serviços de consultoria técnica prestados pela QGEP para AFBV para aquisição pela controlada no exterior de equipamentos *subsea.* Estes valores são pagos em dólar norte-americano. Em caso de atraso do pagamento, multa de 2% e juros de 1% ao mês, *pro rata dia,* são cobráveis.

(b) O montante decorre do rateio de despesas pelo compartilhamento de recursos humanos especializados da Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG) para contratação de seguros. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% ao mês.

(c) Referem-se ao contrato de arrendamento de equipamentos subaquáticos celebrados entre a QGEP e a AFBV categorizados como arrendamento operacional. Estes valores são pagos trimestralmente, em dólares norte-americanos.

(ii) Garantias e fianças com partes relacionadas

A Companhia outorgou garantia de performance, em favor da ANP, quanto a todas as obrigações contratuais assumidas pela QGEP nos Contratos de Concessões firmados no âmbito da 11ª Rodada de Licitação.

A Companhia possui outorga de fiança para garantir o financiamento contratado junto ao BNB (Banco do Nordeste do Brasil), conforme mencionado na nota explicativa 14.

A QGEPP garante através de aval corporativo os empréstimos contratados pela QGEP da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e do BNB, conforme mencionado na nota explicativa 14.

A Companhia é garantidora da AFBV junto à Teekay no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1, conforme mencionado na nota explicativa 21 c).

(iii) Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada e demais benefícios previstos no acordo coletivo), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora	
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Benefícios de curto prazo	3.573	3.113

	Consolidado	
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Benefícios de curto prazo	12.510	12.252
Plano de opção de ações	2.931	4.548

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na nota explicativa 27.

9. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Aplicação financeira - Garantidoras (a)	17.009	-
Fundo de abandono (b)	69.778	27.916
Total caixa restrito	86.787	27.916

(a) Garantia para empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 14.

(b) O "fundo de abandono" é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o compromisso de pagamento do abandono do Campo de Manati, as quais são administradas pela Petrobras (fundo de abandono - vide nota explicativa 16) e geridas pelo Bradesco Asset Management. A rentabilidade do fundo foi de 22,94% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (8,86% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

10.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
IRRF sobre aplicação financeira (a)	85	25	27
Total	85	25	27
Circulante	85	25	27

	Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)	31/12/2013 (Reapresentado)
Antecipação IR e CS	28.040	8.652	1.711
IRRF sobre aplicação financeira (a)	40.195	18.169	9.676
Impostos a recuperar	5.239	3.256	426
Crédito PIS/COFINS (b)	5.388	9.722	-
ICMS sobre aquisições de ativo Imobilizado	398	491	615
Total	79.260	40.290	12.428
Circulante	74.335	37.636	12.091
Não circulante	4.925	2.654	337

(a) Em 31 de dezembro de 2015, refere-se a IRRF incluindo os créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado "come-cotas".

(b) Refere-se a crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado.

10.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS (a)	-		4.915	4.739
PIS/COFINS (a)	2	-	13.786	13.154
IRRF	56	48	1.295	938
Royalties (b)	-	-	3.230	3.236
Participação especial (b)	-	-	2.906	2.514
Outros (c)	1	-	1.446	1.732
Total	59	48	27.578	26.313
Circulante	59	48	27.578	26.313
Não circulante	-	-	-	-

(a) Débitos referentes basicamente aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati. Quanto ao ICMS, o mesmo encontra-se líquido dos benefícios fiscais descritos na nota explicativa 17.

(b) Participações governamentais sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na nota explicativa 21.

(c) Os débitos referem-se a taxa de retenção de área, ISS, tributos retidos sobre serviços prestados por terceiros (ISS, INSS, PIS, COFINS e CSLL) e CIDE sobre importação de serviços.

10.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora	
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)
Lucro antes do IR e CSLL	93.613	194.824
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(31.829)	(66.240)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	33.195	67.500
Prejuízos fiscais não ativados (a)	(1.373)	(1.271)
Despesas indedutíveis/receita não tributável		
Temporais	7	11
Imposto de renda/contribuição social diferidos	-	-
Imposto de renda/contribuição social correntes	-	-

(a) Referente a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Em 31 de dezembro de 2015 a QGEPP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R$74.298 e R$74.299 (R$70.260 para prejuízo fiscal e R$70.261 para base negativa em 31 de dezembro de 2014), respectivamente, sendo que a controladora QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade fiscal até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.

	Consolidado	
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)
Lucro antes do IR e CSLL	75.710	211.159
Alíquotas oficiais de imposto	34%	34%
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(25.741)	(71.794)
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:		
Incentivos fiscais (a)	24.935	62.820
Despesas indedutíveis/receita não tributável, líquidas:		
Permanentes (b)	152	3.807
Temporais (d)	20.327	(9.770)
Prejuízos fiscais não ativados (c)	(1.770)	(1.398)
Imposto de renda e contribuição social	17.903	(16.335)
Imposto de renda/contribuição social correntes	(8.242)	(13.250)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	26.145	(3.085)

(a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações do Campo de Manati - nota explicativa 2.17.1.

(b) A principal adição refere-se ao plano de opção de ações.

(c) Refere-se basicamente a prejuízos fiscais e base negativa da empresa holding QGEPP.

(d) Refere-se basicamente as diferenças temporais descritas na nota explicativa 10.4.

10.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são oriundos de provisões não dedutíveis temporariamente reconhecidas no resultado da controlada QGEP, as quais serão deduzidas do lucro real e à base da contribuição social, em períodos lucrativos futuros quando efetivamente realizadas.

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Composição ativo fiscal diferido		
Participação nos lucros	4.388	4.428
Amortização da provisão para abandono	37.163	-
Provisão baixa de poços e devolução de blocos	-	11.689
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	5.339	4.338
Provisões diversas	3.729	773
Total composição do ativo diferido	50.619	21.228

	Consolidado
Ativo fiscal diferido	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	21.228
Diferenças temporárias geradas por provisões e respectivas reversões:	
Participação nos lucros (reversão)	(40)
Reversão da provisão de baixa de poços devolvidos	(11.689)
Amortização provisão para abandono	37.163
Provisões diversas - Adições e reversões	3.957
Saldo em 31 de dezembro de 2015	50.619
Passivo fiscal diferido	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.836)
Exclusões temporais	(3.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(5.081)

A Companhia estima que o ativo fiscal diferido constituído em 31 de dezembro de 2015 será realizado nos próximos exercícios conforme cronograma apresentado abaixo, na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, suportadas por projeções efetuadas e aprovadas pela Administração e órgãos de governança (nota explicativa 3.2.3).

Cronograma esperado de realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2015:

Ativo diferido	
2016	10.094
2017	2.014
2018	-
2019	-
2020	-
2021 a 2023	1.348
2024 a 2025	37.163
Total	50.619

10.5. Lei 12.973/2014

A Administração efetuou uma avaliação preliminar das disposições contidas na Lei 12.973/2014 resultante da conversão da Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 ("MP 627"), e Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 ("IN 1397"). Embora a Lei 12.973/2014 tenha entrado em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, existia a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Administração não fez a opção de antecipação tendo em vista entender que não haveria efeitos para a Companhia.

11. INVESTIMENTOS

11.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação e capital votante e total detidos - %
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Direta	QGEP International GmbH	Áustria	100%
Indireta	QGEP B.V.	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	30%

11.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas diretas e indiretas são (em R$):

	QGEP	QGEP International	QGEP B.V.	AFBV
Quantidade de ações ordinárias	191.262.711	1	1.000	3.000
Percentual de participação	100%	100%	100%	30%
	R$	R$	R$	R$ (*)

	QGEP	QGEP International	QGEP B.V.	AFBV
Capital social	2.042.553	109	2	20
Patrimônio líquido	2.685.960	167	164.578	417.059
Resultado do exercício	98.392	(760)	(1.586)	(3.925)
Ativo total	3.443.785	378	164.993	437.746
Passivo total	757.823	210	415	20.688
Receita líquida	496.192	-	-	4.946

(*) Valores apresentados referem-se ao total da AFBV.

A movimentação dos investimentos da QGEPP apresentada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Controladora			Consolidado
	QGEP	QGEP International	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (reapresentado)	2.583.920	28	2.583.948	22.843
Aumento de capital	-	925	925	78.824
Plano de opção de ações	6.267	-	6.267	-
Pagamento de dividendos (a)	(40.599)	-	(40.599)	-
Ajustes acumulados de conversão	37.983	(25)	37.958	24.629
Resultado de equivalência patrimonial (b)	98.392	(760)	97.632	(1.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.685.960	168	2.686.128	125.118

(a) No dia 12 de março de 2015, o Conselho de Administração propôs uma distribuição adicional de dividendos ao mínimo obrigatório no montante de R$40.599. Esta proposta foi aprovada em Assembleia Geral dos Acionistas no dia 17 de abril de 2015 e os dividendos foram pagos em 5 de maio de 2015 para os acionistas identificados na base acionária na data da aprovação.

(b) Resultado apurado pelas investidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

12. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação e amortização %	Consolidado 31/12/2015 Custo	Depreciação e amortização	Líquido	31/12/2014 (Reapresentado) Líquido	31/12/2013 (Reapresentado) Líquido
Segmento corporativo						
Móveis e utensílios	10%	2.705	(706)	1.999	2.035	1.719
Veículos	20%	1.404	(457)	947	866	666
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	4.107	(2.422)	1.685	2.623	5.989
Instalações	11%	1.556	(271)	1.285	1.552	-
Computadores - *Hardware*	20%	2.533	(1.514)	1.019	1.246	1.471
Imóveis	3%	6.363	(176)	6.187	6.321	-
Terrenos	-	174	-	174	173	120
Subtotal		18.842	(5.546)	13.296	14.816	9.965
Segmento de *upstream*						
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	201.359	-	201.359	421.989	456.509
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)		16.844	(12.224)	4.620	1.264	3.018

	Taxa de depreciação e amortização %	Consolidado 31/12/2015 Custo	Depreciação e amortização	Líquido	31/12/2014 (Reapresentado) Líquido	31/12/2013 (Reapresentado) Líquido
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv) e (v)		305.060	-	305.060	268.735	103.112
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	1.052.301	(691.178)	361.123	471.812	541.551
Subtotal		1.575.564	(703.402)	872.162	1.163.800	1.104.190
Total		1.594.406	(708.948)	885.458	1.178.616	1.114.155

(i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.

(ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, os quais já estão em fase de produção.

(iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (nota explicativa 21(b)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

(iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.

(v) Foram capitalizados ao imobilizado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 R$18.123 de encargos financeiros (R$7.452 em 31 de dezembro de 2014), referente ao financiamento do FINEP. As taxas dos financiamentos relacionadas encontram-se descritas na nota explicativa 14.

Custo	Consolidado Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais em andamento		Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento		Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás		Total
Saldo em 31/12/2013 (Reapresentado)	12.385	456.509		16.844	103.112		992.714		1.581.564
(+)Adições do exercício	9.229	31.310	(a)	-	165.621	(b)	49.004	(c)	255.166
(-)Baixas do exercício	(3.468)	(65.830)	(d)	-	-		-		(69.298)
Saldo em 31/12/2014 (Reapresentado)	18.146	421.989		16.844	268.735		1.041.718		1.767.432
(+)Adições do exercício	978	111.856	(e)	-	49.933	(f)	133.085	(g)	295.852
(-) Baixas do exercício	(282)	(332.487)	(h)	-	(13.606)		(122.502)	(i)	(468.877)
Saldo em 31/12/2015	18.842	201.358		16.844	305.060		1.052.301		1.594.406

Em 31 de dezembro de 2014, as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se: (a) adições ao BM-J-2 e BM-S-8, (b) adições ao BS-4, que incluem gastos com serviços de perfuração, (c) adições ao Campo de Manati, incluindo provisão para abandono, e (d) Baixa do poço Biguá e do poço de extensão de Carcará, ambos localizados no Bloco BM-S-8, baixa do Bloco CAL-M-312, parte da concessão BM-CAL-12 e baixa do BM-CAL-5.

Em 31 de dezembro de 2015, as principais adições e baixas de imobilizado no exercício referem-se: (e) adições ao BM-S-8, (f) adições ao BS-4 e reversão da provisão de abandono do Campo de Atlanta, (g) adições no Campo de Manati (Campo de compressão – nota explicativa 1), incluindo provisão para abandono, (h) baixa do Bloco BM-J-2 e (i) reversão da provisão de abandono nos Campos de Camarão Norte e Manati (nota explicativa 16).

Depreciação e amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração de recursos naturais	Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	Total
Saldo em 31/12/2013 (reapresentado)	(2.420)	(13.826)	(451.163)	(467.409)
(-) Adições do exercício	(2.620)	(1.754)	(118.741)	(123.115)
(+) Baixas do exercício	1.710	-	-	1.710
Saldo em 31/12/2014 (reapresentado)	(3.330)	(15.580)	(569.904)	(588.814)
(-) Adições do exercício	(2.384)	(1.339)	(116.579)	(120.302)
(+) Baixas do exercício	168	-	-	168
(+ -) Transferências do exercício	-	4.695	(4.695)	-
Saldo em 31/12/2015	(5.546)	(12.224)	(691.178)	(708.948)

Conforme critérios definidos nas notas explicativas 2.8 e 2.9, a Administração da Companhia ao efetuar sua avaliação interna de *impairment* não identificou evidências de que seus ativos imobilizados não são recuperáveis em 31 de dezembro de 2015, concluindo pela não necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados (exceto pela inviabilidade econômica do bloco exploratório BM-J-2 descrito na nota explicativa 1 que foi baixado). A Companhia não pode prever se ocorrerão eventos que ocasionem uma desvalorização dos seus ativos, quando ocorrerão ou como afetarão os valores registrados contabilmente. No entanto, a Companhia acredita que as premissas utilizadas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos de gestão e que refletem as melhores estimativas da Administração na preparação das demonstrações financeiras ora apresentadas.

13. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Taxa de depreciação	Custo	Amortização	31/12/2015	31/12/2014
Aquisição de concessão exploratória (i)	-	529.399	-	529.399	529.399
Bônus de assinatura (ii)	-	195.472	-	195.472	96.324
Software	20%	7.680	(4.194)	3.486	4.747
Total		732.551	(4.194)	728.357	630.470

	Consolidado			
Custo e amortização	Aquisição de concessão exploratória	Bônus de assinatura	Software	Total
Saldo em 31/12/2013	529.399	97.675	4.276	631.350
(+) Adições (custo)	-	-	1.840	1.840
(-) Baixas (custo) (iii)	-	(1.351)	-	(1.351)
(-) Adições (amortização)	-	-	(1.369)	(1.369)
Saldo em 31/12/2014	529.399	96.324	4.747	630.470
(+) Adições (custo) (iv)	-	100.003	256	100.259
(-) Baixas (custo) (iii)	-	(855)	-	(855)
(-) Adições (amortização)	-	-	(1.517)	(1.517)
Saldo em 31/12/2015	529.399	195.472	3.486	728.357

(i) Refere-se aos direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R$278.692 e participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R$250.707. Não estão sendo amortizados, pois os campos ainda estão em fase de desenvolvimento.

(ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem às áreas de concessão em fase exploratória (nota explicativa 21).

(iii) Em 31 de dezembro de 2014, as baixas referem-se ao bônus de assinatura do Bloco CAL-M-312, parte da concessão BM-CAL-12 no montante de R$205 e do Bloco BM-CAL-5 no montante de R$1.146. Em 31 de dezembro de 2015, a baixa refere-se ao bônus de assinatura do Bloco BM-J-2, no montante de R$855. Nos blocos baixados em 2015 e 2014, a decisão foi tomada em função da baixa atratividade indicada por estudos de viabilidade técnica e econômica das áreas.

(iv) Refere-se ao bônus de assinatura blocos adquiridos na 13ª rodada da ANP.

Conforme critérios definidos nas notas explicativas 2.8 e 2.9, a Administração da Companhia ao efetuar sua avaliação interna de *impairment* não identificou evidências de que seus ativos intangíveis não são recuperáveis em 31 de dezembro de 2015, concluindo pela não necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos intangíveis registrados em 31 de dezembro de 2015. A Companhia não pode prever se ocorrerão eventos que ocasionem uma desvalorização dos seus ativos, quando ocorrerão ou como afetarão os valores registrados contabilmente. No entanto, a Companhia acredita que as premissas utilizadas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos de gestão e que refletem as melhores estimativas da Administração na preparação das demonstrações financeiras ora apresentadas.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Destinam-se, principalmente, a investimentos em projetos de avaliação, exploração e desenvolvimento de reservas de petróleo e gás natural.

			Consolidado		
	31/12/2015	31/12/2014	Encargos	Forma de pagamento – juros	Vencimento
Moeda nacional					
BNB - Banco do Nordeste	117.943	-	4,71% a.a. + bônus de adimplência de 15%	Mensal	Até Set/2026
FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos: Subcrédito A	124.159	124.289	Subcrédito A: 3,5% a.a	Mensal	Até Set/2023
Subcrédito B	129.587	128.936	Subcrédito B: TJLP + (5% a.a - 6,5% a.a) (a)	Mensal	Até Set/2023
	253.746	253.225			
Total	371.689	253.225	Em dezembro de 2015 a TJLP foi de 7% a.a.		
Circulante	12.472	387			
Não circulante	359.217	252.838			
Total consolidado	371.689	253.225			

(a) Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito A incidirão juros compostos de 3,5% ao ano, *pro rata tempore*.

Sobre o principal da dívida referente ao Subcrédito B incidirão juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 6,5% ao ano.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31/12/2014	253.225
(+) Liberação de principal	117.835
(+) Adições de juros	14.274
(-) Amortização de juros	(13.723)
(-) Outras taxas	78
Saldo final em 31/12/2015	371.689
(-) Custo do empréstimo FINEP	(2.046)
Saldo final em 31/12/2015	369.643
Circulante	12.472
Não circulante	357.171

Os vencimentos da parcela não circulante dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados como segue:

Vencimentos	31/12/2015
2016	10.741
2017	35.935
2018	35.935
2019 a 2026	289.078
Total	371.689

De acordo com os termos do contrato da FINEP, o principal da dívida deve ser pago em 85 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 15/09/2016 e as demais em igual dia dos meses subsequentes ocorrendo a última em 15/09/2023. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. O empréstimo é garantido através de aval corporativo pela controladora QGEPP.

De acordo com os termos do contrato do BNB, o principal da dívida deve ser pago em 84 prestações mensais e sucessivas. O vencimento da primeira prestação ocorrerá em 20/10/2019 e as demais em meses subsequentes ocorrendo a última em 29/09/2026. O contrato não possui cláusulas que exigem o atendimento a covenants financeiros. Durante todo tempo do contrato a Companhia manterá pelo menos 3 prestações mensais desta operação, compreendendo principal e encargos, tomada como referência mínima a maior prestação devida, em conta reserva (nota explicativa 9). Caso os três projetos envolvidos na dívida BNB sejam descontinuados e devolvidos à ANP, o contrato preve a aceleração da amortização desta dívida em, no mínimo 24 parcelas mensais, sendo que a última parcela não poderá ultrapassar setembro de 2022.

15. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda judicial), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, consequentemente nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Os processos considerados como de perda possível que não foram provisionados nas demonstrações financeiras são:

IMA

A Execução Fiscal n° 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R$779.

IRRF, PIS, COFINS e CIDE sobre afretamento

Não recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamentos realizados em 2008 e 2009, e não recolhimento de IRRF e CIDE incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamento realizado em 2010 e não recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuições para o PIS e a COFINS e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE incidentes sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamentos realizados em 2011. A questão envolve processos em fase administrativa e judicial, onde a Companhia está acompanhando as defesas e estratégias sob responsabilidade do operador Petrobras. No tocante à participação da QGEP, os valores em discussão referentes aos afretamentos realizados em 2008 e 2009, montam aproximadamente a R$21.440, os valores em discussão referentes ao afretamento realizado em 2010 montam a aproximadamente R$256 e em 2011 montam aproximadamente a R$ 28.372.

Contratos com a QGOG

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda relacionados a estes contratos com a QGOG, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no exercício apresentado nas demonstrações financeiras.

16. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme notas explicativas 2.8 e 3.2.5. Em 31 de dezembro de 2015, esta provisão reflete a revisão das estimativas dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, a: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção, e (iii) outros custos inerentes.

Os custos com abandono foram projetados com base em uma inflação média da indústria de 2,8% ao ano (em dólares norte americanos) até a data esperado do efetivo abandono, e foram trazidos a valor presente por uma taxa livre de risco em dólares norte americanos, para ativos brasileiros, de 5,4% ao ano.

Conforme mencionado na nota 2.28, a Administração identificou que as mudanças na taxa de câmbio devem ser tratadas como mudanças no valor nominal das estimativas efetuadas na provisão para abandono. Sendo assim os ajustes provenientes de variação cambial resultam em aumento ou redução do passivo (prática contábil já adotada) e sua contrapartida deve ser um aumento ou redução do ativo imobilizado correspondente em igual valor.

Movimentação da provisão para abandono no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	281.099
Reversão de provisão (a)	(137.358)
Variação cambial e outros, líquidos	82.219
Saldo em 31 de dezembro de 2015	225.960

(a) A Companhia, juntamente aos seus parceiros, reavaliou a provisão de abandono referente ao Campo de Camarão Norte, Campo de Atlanta e Campo de Manati efetuando a reversão durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A reversão reflete a revisão prospectiva dos principais gastos de abandono a luz das novas tecnologias existentes e o novo patamar de custos dos prestadores de serviço para indústria de óleo e gás.

17. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Receita bruta	623.583	634.087
PIS	(9.895)	(10.078)
COFINS	(45.575)	(46.418)
ICMS	(69.726)	(71.187)
Crédito presumido ICMS (*)	13.945	14.237
ISS	(409)	-
Descontos - reduções contratuais	(15.731)	(17.409)
Total de deduções	(127.391)	(130.855)
Receita líquida	496.192	503.232

(*) Benefício fiscal de ICMS, conforme nota explicativa 2.17.2 - Reserva de incentivos fiscais.

18. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

18.1. Custos

	Consolidado	
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)
Custos de extração	(82.528)	(66.228)
Royalties e participação especial	(46.846)	(50.076)
Pesquisa e desenvolvimento	(5.558)	(5.467)
Amortização e depreciação	(117.922)	(120.495)
Total	(252.854)	(242.266)

18.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Pessoal	(3.575)	(3.119)
Serviços contratados de terceiros	(407)	(350)
Impostos e taxas	(41)	(22)
Anúncios e publicações	(303)	(354)
Manutenção	-	(10)
Outras despesas	(158)	(164)
Total	(4.484)	(4.019)

	Consolidado	
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Pessoal (a)	(74.288)	(72.358)
Serviços contratados de terceiros	(7.384)	(9.537)
Seguros	(2.100)	(1.358)
Impostos e taxas	(2.323)	(1.269)
Anúncios e publicações	(486)	(1.088)
Patrocínio	(203)	(281)
Serviços compartilhados	(90)	(86)
Amortização e depreciação	(3.901)	(3.989)
Manutenção	(3.448)	(1.981)
Locação	(2.751)	(3.651)
Outras despesas	(1.099)	(4.008)
Alocação de projetos E&P (b)	45.166	41.131
Total	(52.907)	(58.475)

(a) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram registrados R$12.906 referentes a provisão de participação nos lucros (R$13.023 em 31 de dezembro de 2014).

(b) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas aos blocos operados pela QGEP, relacionado aos seus parceiros não operadores.

19. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

	Consolidado	
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Baixa de poço (a)	(347.869)	(72.026)
Aquisição e processamento sísmico	(19.156)	(27.809)
Gastos com geologia e geofísica	(2.815)	(6.275)
Outros	(16.258)	(4.238)
Total	(386.098)	(110.348)

(a) Principalmente referente a baixa do bloco BM-J-2 (vide nota explicativa 1).

20. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
Rendimento das aplicações financeiras (*)	471	319
Outras receitas e despesas financeiras	(6)	(3)
Total	465	316

	Consolidado	
	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)
Rendimento das aplicações financeiras (*)	265.899	119.608
Outras receitas e despesas financeiras	6.321	118
Total	272.220	119.726

(*) Refletem receitas financeiras tais como remuneração da taxa CDI para títulos privados, remuneração da variação SELIC para títulos públicos e variação da moeda corrente americana para fundo cambial (nota explicativa 4).

21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Produção e desenvolvimento	Camamu - Almada	Manati Camarão Norte (BCAM-40)	06/08/1998	Petrobras (operador) Queiroz Galvão Exploração e Produção Geopark Brasoil	35 45 10 10
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	06/08/1998	OGX Barra Energia Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	40 30 30
Exploração	Camamu - Almada	CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador) Queiroz Galvão Exploração e Produção EP Energy(i)	60 20 20
	Santos	BM-S-8	15/09/2000	Petrobras (operador) Petrogal Barra Energia Queiroz Galvão Exploração e Produção	66 14 10 10
	Foz do Amazonas	FZA-M-90	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) Premier Oil Pacific Brasil	35 35 30
	Espírito Santo	ES-M-598	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção Statoil Brasil (operador) Petrobras	20 40 40
	Espírito Santo	ES-M-673	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção Statoil Brasil (operador) Petrobras	20 40 40
	Pará-Maranhão	PAMA-M-265	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) Pacific Brasil	30 70
	Pará-Maranhão	PAMA-M-337	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) Pacific Brasil	50 50
	Ceará	CE-M-661	30/08/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção Total (operador) Premier	25 45 30
	Pernambuco-Paraíba	PEPB-M-894	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) Petra Energia	30 70
	Pernambuco-Paraíba	PEPB-M-896	17/09/2013	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador) Petra Energia	30 70
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-351	23/12/2015	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100
	Sergipe - Alagoas	SEAL-M-428	23/12/2015	Queiroz Galvão Exploração e Produção (operador)	100

(i) Em processo de transferência pela ANP para a Petrobras.

Os prazos de concessão dos direitos nestes blocos são de 27 anos a partir da data de aprovação do plano de desenvolvimento. Na fase exploratória, que antecede o plano de desenvolvimento, os prazos são definidos no respectivo Contrato de Concessão.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

						Taxa de retenção de área por km² (Valores em Reais)		
Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEP) MM R$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km²	*Royalties*	Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
CAL-M-372	6,3	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
PEPB-M-896	7,2	2013	637	722,400	10%	93,75	187,50	937,50
PEPB-M-894	3,6	2013	239	721,200	10%	93,75	187,50	937,50
FZA-M-90	48,9	2013	18.945	768,500	10%	644,80	1.289,60	6.448,00
PAMA-M-265	9,1	2013	3.020	766,300	10%	62,50	125,00	625,00
PAMA-M-337	68,6	2013	35.206	769,300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-598	27,8	2013	14.182	769,300	10%	214,93	429,86	2.149,30
ES-M-673	9,0	2013	12.562	507,2	10%	95,49	190,98	954,9
CE-M-661	33,9	2013	10.116	760,900	10%	31,25	62,50	312,50
SEAL-M-351	18,3	2015	63.860	756,86	10%	875,73	1.741,76	8.757,30
SEAL-M-428	18,3	2015	36.143	746,24	10%	875,73	1.741,76	8.757,30
BM-S-8	-	2000	-	392,000	10%	396,02	792,04	3.960,20
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	251		195.472					

Em 31 de dezembro de 2015, o compromisso remanescente relativo a Programas exploratórios mínimos ("PEM") das concessões mencionadas na tabela acima, anteriores à Rodada 11 de licitação da ANP (nota explicativa 1), compreende a perfuração de 1 poço pioneiro, no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), prevista para ser iniciada em 2016.

Nos blocos adquiridos na Rodada 11 há o compromisso de perfuração de poço nos blocos FZA-M-90, CE-M-661, PAMA-M-337 e ES-M-598, com as operações de perfuração previstas para serem realizadas a partir de 2017.

Nos blocos adquiridos na Rodada 13 não há o compromisso de perfuração de poço nos blocos SEAL-M-351 e SEAL-M-428.

Os compromissos com avaliação de descoberta do Bloco BM-S 8 compreendem: (i) perfuração de um poço (Guanxuma) e (ii) a realização de um teste de formação e de um teste de longa duração.

A controlada QGEP detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de abandono de suas instalações.

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEP:

- Royalties - Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram provisionados R$37.679 (R$38.889 em 31 de dezembro de 2014) de royalties referentes à produção do campo Manati dos quais R$3.230 (R$3.236 em 31 de dezembro de 2014) permanecem no passivo a pagar naquela data. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.

- Participação especial - A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram registrados R$9.167 (R$11.187 em 31 de dezembro de 2014) de participação especial na demonstração do resultado como custos, dos quais R$2.906 (R$2.514 em 31 de dezembro de 2014) permanecem no passivo a pagar naquela data.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão - Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foi desembolsado o montante de R$604 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais e custos exploratórios (R$1.201 em 31 de dezembro de 2014).

b) Informações sobre as reservas

As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram apresentadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada comercializável está apresentada conforme abaixo:

	Reserva total campo (MMm^3) (não revisado pelos auditores independentes)
Reserva provada estimada pela Gaffney e Cline & Associates em 31/12/2015 (*)	10.087

(*) Montante estimado a partir da reserva certificada em dezembro de 2014 por peritos especialistas, deduzidas das produções mensais até 31/12/2015 e ajustada pelo aditivo ao contrato de venda de gás do Campo de Manati entre a QGEP e a Petrobras assinado em 16 de julho de 2015 (nota explicativa 5).

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis - ANP no total de R$330.033. Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração no montante de R$250.983, operação de desativação do sistema de produção antecipada no Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R$63.828 e desenvolvimento do Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R$15.222.

A QGEPP é garantidora de parceiro junto à Teekay no montante de USD14,400 (R$56.229 ptax em 31 de dezembro 2015), referente a 10% das obrigações da AFBV no contrato de afretamento do FPSO Petrojarl 1.

22. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo possuía compromissos contratados para fornecimento e operação de materiais e equipamentos, incluindo arrendamento de embarcações, bem como compromissos junto a prestadores de serviços de consultoria técnica, com vencimentos diversos para a campanha exploratória e de desenvolvimento conforme o seguinte cronograma financeiro:

	Consolidado (*)		
	2016	2017	2018 em diante
Total de compromissos	254.784	130.713	248.501

(*) Este montante representa a participação da QGEP nos consórcios por ela operados.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2015			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	86.787	86.787
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	100	100	76.095	76.095
Contas a receber (i)	-	-	102.615	102.615
Partes relacionadas	-	-	6.975	6.975
Valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (ii)	-	-	104.577	104.577
Aplicações financeiras (ii)	-	-	1.099.274	1.099.274
Passivos financeiros				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	71	71	71.663	71.663
Partes relacionadas	-	-	420	420
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	369.643	280.763

	31/12/2014			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito	-	-	27.916	27.916
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários	1	1	17.444	17.444
Contas a receber (i)	-	-	101.627	101.627
Partes relacionadas	-	-	4.878	4.878
Valor justo por meio do resultado				
Equivalentes de caixa (ii)	-	-	99.747	99.747
Aplicações financeiras (ii)	-	-	1.011.417	1.011.417
Passivos financeiros				
Custo amortizado:				
Fornecedores (i)	47	47	35.199	35.199
Partes relacionadas	-	-	336	336
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	250.915	210.452

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas.

A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*non performance risk")*, incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "*input"* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os "*inputs"* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os "*inputs"* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "*inputs"* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "*inputs"* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os *"inputs"* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "*inputs"* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxos de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado ("valor justo") estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2 para estes instrumentos financeiros:

(i) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.

(ii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	71	71
Total	71	71

	Consolidado				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	Até 1 ano	Até 10 anos	Total
Fornecedores	58.353	660	12.650	-	71.663
Partes relacionadas	-	-	420	-	420
Empréstimos e financiamentos	-	-	12.472	357.171	369.643
Total	58.353	660	25.542	357.171	441.726

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras (97,6% em 31 de dezembro de 2015 e 95,8% em 31 de dezembro de 2014). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, controlada pelo Governo Federal, representa risco de crédito não relevante, pois historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foi registrada perda com créditos junto ao cliente Petrobras.

O risco de crédito nas operações com os consorciados e consórcios encontra-se descrito na Nota explicativa 6.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais e atividades de financiamento (empréstimos e financiamentos) para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada, enquanto parcela dos empréstimos e financiamentos estão atrelados a TJLP.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

Operação	Saldo em 31/12/2015	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
CDI anual em 31 de dezembro de 2015 (14,14%)	783.171				
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) - efetivo		Redução do CDI			
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2016			14,25%	10,69%	7,13%
Equivalentes de caixa e aplicações financeiras - estimado		Redução do CDI	894.773	862.897	831.020
Receita estimada em 31 de dezembro de 2016			111.602	79.726	47.849
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016			-	(31.876)	(63.753)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 26 de fevereiro de 2016, emitido pelo Banco Central do Brasil.

Operação	Saldo em 31/12/2015	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
CDI anual em 31 de dezembro de 2015 (14,14%)	69.778				
Caixa restrito:					
Fundo da provisão de abandono		Redução do CDI			
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2016			14,25%	10,69%	7,13%
Fundo da provisão de abandono – estimado em 31 de dezembro de 2016		Redução do CDI	79.721	76.881	74.041
Receita estimada em 31 de dezembro de 2016			9.943	7.103	4.263
Efeito da redução na receita de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016			-	(2.840)	(5.680)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 26 de fevereiro de 2016, emitido pelo Banco Central do Brasil.

Operação	Saldo em 31/12/2015	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
TJLP em 31 de dezembro de 2015 (7% a.a.)					
Empréstimos e financiamentos:					
FINEP	129.587(b)	Alta da TJLP			
Empréstimos e financiamentos:					
Taxa efetiva da TJLP para 31 de dezembro de 2015		Alta da TJLP	7%	8,75%	10,50%
Despesa estimada em 31 de dezembro de 2016			9.071	11.498	13.924
Empréstimos e financiamentos- estimado em 31 de dezembro de 2016			138.658	141.085	143.511
Efeito do incremento nas despesas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016			-	2.427	4.853

(a) Conforme site do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES).

(b) Valor refere-se somente a parcela do Subcrédito B do empréstimo da FINEP.

f) Risco de taxa de câmbio

Esse risco é basicamente proveniente da redução da taxa de câmbio sobre as transações em moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma desvalorização do dólar norte-americano em relação ao Real e o impacto sobre transações indexadas em dólar norte - americano contratadas pela Companhia.

		Consolidado			
		31/12/2015			
		Cenário provável (a)		Cenário	
	Risco	Saldo em USD	Saldo em R$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Dólar efetivo em 31 de dezembro de 2015 (R$3,90)					
Operação					
Fundo cambial - ativo	Redução do US$	107.734	420.680	420.680	420.680
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2016			4,19	3,14	2,10
Fundo cambial - estimado em 31 de dezembro de 2016			451.405	338.554	225.703
Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016			30.726	(82.126)	(194.177)
Efeito da redução na receita financeira em 31 de dezembro de 2016			-	(112.851)	(225.703)

(a) Cenário provável da taxa de câmbio para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 26 de fevereiro de 2016, emitido pelo Banco Central do Brasil.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações Ordinárias	% de Participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	71.575.162	26,9
Ações em tesouraria	7.954.632	3,0
Administradores	211.232	0,1
Total	265.806.905	100

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as ações em circulação no exercício. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

Resultado básico e diluído por ação	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado)
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	93.613	194.824
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada de número de ações ordinárias	257.852	259.325
Resultado básico e diluído por ação ordinária	0,36	0,75

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 as opções de ações não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2011 a 2015, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes Planos de 2011 a 2015 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R$1,96 para o Plano de 2015, R$2,65 para o Plano de 2014, R$4,11 para o Plano de 2013, R$5,31 e R$3,87 para os dois Planos de 2012 e R$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	Planos de opções de compra de ações 12/03/2015	Planos de opções de compra de ações 24/02/2014	Planos de opções de compra de ações 14/03/2013	Planos de opções de compra de ações 29/05/2012	Planos de opções de compra de ações 26/03/2012	Planos de opções de compra de ações 29/04/2011
Data da reunião do Conselho de Administração	12/03/2015	24/02/2014	11/03/2013	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas e outorgadas	2.334.915	2.296.500	2.120.319	550.000	1.941.517	1.097.439
Preço de exercício da opção	R$6,36	R$8,98	R$12,83	R$12,81	R$14,17	R$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R$1,96	R$2,65	R$4,11	R$3,87	R$5,31	R$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	36,96%	43,36%	43,92%	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	2,47%	3,84%	1,89%	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	6,39%	6,20%	3,81%	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2015 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de Exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2013	5.709.275	14,70
Concedidas no período - 24/02/2014	2.296.500	8,98
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2014	8.005.775	13,56
Concedidas no período - 12/03/2015	2.334.915	6,36
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2015	10.340.690	12,36

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão sumariadas abaixo:

	Opções em circulação			Opções exercíveis	
Plano	Opções em circulação em dez/2015	Maturidade em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em dez/2015	Preço de exercício médio (*)
Plano 2015	2.334.915	7	6,36	-	6,36
Plano 2014	2.296.500	7	8,98	1.977.775	9,67
Plano 2013	2.120.319	7	12,83	1.766.933	14,69
Plano 2012 - 2ª outorga	550.000	7	12,81	550.000	15,81
Plano 2012 - 1ª outorga	1.941.517	7	14,17	1.941.517	17,40
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	1.097.439	24,48

(*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC").

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R$6.267, sendo R$406 da 1ª outorga do plano de 2012, R$147 da 2ª outorga do plano de 2012, R$1.717 da outorga do plano de 2013, R$2.099 da outorga do plano de 2014 e R$1.898 da outorga do plano de 2015, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

A redução do saldo em 31 de dezembro de 2015 quando comparado com os reflexos de 2014 deve-se à revisão das premissas referentes a "service conditions" dos respectivos planos de outorgas dos exercícios anteriores, bem como o não reconhecimento de despesa do Plano referente a 2011 (duração da opção por 3 anos).

iv. Dividendos

O Conselho de Administração, seguindo a nova política de dividendos da Companhia aprovada em 12 de março de 2015, que estabelece o pagamento de dividendos mínimos de 0,001% calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, propôs a distribuição de dividendos no montante de R$38.678, sendo R$1 referente a dividendos mínimos obrigatórios e R$38.677 referente a dividendos adicionais ao mínimo obrigatório do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Em 05 de maio de 2015 foram pagos R$38.676 referentes a dividendos adicionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais foram aprovados em 12 de março de 2015. Ambos os dividendos mínimos obrigatórios e adicionais ao minimo obrigatório em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 montam a R$0,15 por ação em circulação.

v. Destinação do lucro do exercício

O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação do lucro do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações:

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	93.613	194.824 (*)
Constituição da reserva legal (5%)	(4.681)	(8.303)
Dividendos mínimos obrigatórios	(1)	(2)
Dividendos adicionais/pagos	(38.677)	(38.676)
Reserva de investimentos	(50.255)	(186.519) (*)

(*) reserva de investimentos em 31 de dezembro de 2014 reapresentada conforme descrito na nota explicativa 2.28.

Os saldos comparativos da destinação societária da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram afetados pela reapresentação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 conforme descrito na nota explicativa 2.28. A Administração manteve a destinação societária da reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 conforme demonstração financeira aprovada pelo conselho de administração em 12 de março de 2015.

Os efeitos dos ajustes de exercícios anteriores descritos na nota explicativa 2.28, que para fins de preparação das demonstrações financeiras ora apresentadas, foram divulgados conforme CPC 23, para fins de remensuração da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, estes últimos quando aplicáveis, foram contemplados na destinação societária em 31 de dezembro de 2015. Desta forma, o total da reserva legal destinada no exercício findo em 31 de dezembro 2015 foi de R$ 7.739, dos quais R$ 4.681 referem-se a 5% do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e R$ 3.059 referem-se a 5% dos ajustes de exercícios anteriores no montante de R$ 61.176, conforme mencionado na nota 2.28.

A reserva de lucros para investimento foi constituída em 31 de dezembro de 2015 com base nos lucros remanescentes após as destinações para reserva legal e dividendos, a qual será submetida à aprovação na próxima Assembleia de Acionistas.

25. AÇÕES EM TESOURARIA

A Companhia autorizou o programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações dos anos 2011 a 2014.

Plano	Data de autorização de recompra	Volume recomprado
Plano 2011	24/04//2012	1.097.439
Plano 2012	9/07/2012	2.491.517
Plano 2013	6/05/2013	2.120.319
Plano 2014	24/02/2014	2.245.357

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	Ações ordinárias (*)	Valor - R$mil
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do período		
Outorga de opção de compra de ações 2011	1.097.439	9.107
Outorga de opção de compra de ações 2012	2.491.517	29.792
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.588.956	38.899
Outorga de opção de compra de ações 2013	2.120.319	23.601
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.709.275	62.500
Outorga de opção de compra de ações 2014	2.245.357	18.507
Saldo em 31 de dezembro de 2014 e 2015	7.954.632	81.007

(*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R$ por ação)	
Mínimo	7,88
Médio	10,60
Máximo	13,39

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações ordinárias em tesouraria em 31 de dezembro de 2015:

Quantidade de ações em tesouraria	7.954.632
Cotação por ação na BM&FBOVESPA (R$)	5,83
Valor de mercado (R$mil)	46.376

A quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2015 representa 3,0% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

26. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

	Data de vigência		Importâncias seguradas
Modalidade	Início	Vencimento	Dez-15
Responsabilidade civil geral	16/01/2015	21/01/2017	474.858
Riscos de petróleo e operacionais	05/07/2015	21/01/2017	358.318
Total			833.176

27. PLANO DE BENEFICIOS DE APOSENTADORIA

A QGEP, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime de tributação, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do período de carência o valor já pago pela Companhia é depositado em um fundo inominado que poderá ser utilizado para quitação de faturamentos futuros. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições especificas.

A despesa total de R$1.252 em 31 de dezembro de 2015 (R$1.083 em 31 de dezembro de 2014), reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

28. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	31/12/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Fornecedores de imobilizado	23.826	6.134
Reversão de provisão de abandono	137.358	-
Provisão para abandono e imobilizado	102.981	26.536
Encargos financeiros capitalizados	18.123	7.452

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para arquivamento junto a CVM pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2016.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 19 de janeiro de 2016 foi emitido o "*cash call*" 01/2016 referente às operações do Bloco BS-4 no montante total de R$19.563 com vencimento em 3 de fevereiro de 2016. Deste montante, o valor de R$8.794 refere-se ao parceiro OGX. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras (nota explicativa 29) não identificamos o recebimento deste crédito referente ao mês de janeiro de 2016.

No dia 23 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração autorizou o sexto programa de outorga de opção de compra de ações relativo ao exercício de 2016, no total de 2.334.915 ações, a serem adquiridas em prazo máximo de 365 dias a contar da data de sua aprovação.

queiroz galvão
QGEP PARTICIPAÇÕES

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO VI DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2016.

Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente

Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor

Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor

queiroz galvão
QGEP PARTICIPAÇÕES

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO V DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2016.

Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente

Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo Oliveira
Diretor

Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor